



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 29/2022

CONTRATO N. 29/2022/TRE-RO

PROCESSO SEI N. [0000829-84.2021.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 40/2022/TRE-RO

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA ANDRE LUIZ RODRIGUES
DE CAMARGO EIRELI,
PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE
SEGURANÇA E MEDICINA DO
TRABALHO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **ANDRE LUIZ RODRIGUES DE CAMARGO EIRELI**, inscrito no CNPJ sob o n. **01.445412/0001-06**, com sede Rua Floriano Peixoto, n. 1135 - Sala 01, Bairro Centro, CEP: 69.900-090, Município Rio Branco, Estado Acre, Telefone(s): (68) 99944-0047 / (68) 3223-7873, E-mail(s): admsabmed@gmail.com / assessoriaalrc@gmail.com, neste ato representada pelo senhor **ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE CAMARGO**, brasileiro(a), Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho 1214/2022-PRES/DG/GABDG, de 16/09/2022 (evento [0899484](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Despacho 1384/2022-PRES/DG/GABDG, de 25/10/2022 (evento [0925550](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Art. 55, I, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este contrato tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviço de segurança e medicina do trabalho, a fim de executar os serviços abaixo indicados, em 25 unidades da Justiça Eleitoral de Rondônia, consoante mencionadas neste instrumento:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	01	Elaborar Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGRO)
	02	Elaborar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)
	03	Elaborar o Relatório Anual do PCMSO
	04	Realizar exames periódicos anuais de todos os servidores efetivos, requisitados, cedidos e estagiários, bem como os exames admissionais e demissionais (sob demanda)
	05	Elaborar Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia médicas

Subcláusula Primeira – Os serviços acima descritos deverão ser realizados nas seguintes unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

- a) Edifício-Sede do TRE-RO e anexos;
- b) Zonas Eleitorais da Capital do Estado de Rondônia;
- c) Zonas Eleitorais do Interior do Estado de Rondônia;
- d) Central de Atendimento ao Eleitor do Centro de Atendimento ao Cidadão Tudo Aqui, localizado em Porto Velho/RO; e
- e) Centro de Memória do TRE-RO, localizado em Porto Velho/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade social e ambiental atualmente definidos para esta contratação, conforme detalhado no Capítulo 7 do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Terceira - A partir da assinatura deste contrato, a CONTRATADA se compromete a observar e a cumprir as regras estabelecidas no Capítulo 8 do Termo de Referência correspondente, no qual consta “Da comprovação da qualificação técnica...”.

Subcláusula Quarta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DAS DEFINIÇÕES, OBJETIVOS E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

CLÁUSULA SEGUNDA - O Programa de Gerenciamento de Risco ocupacionais (PGRO) é um programa adotado pelas organizações com o intuito de gerenciar os riscos existentes no local de suas atividades.

1. Abrangência

1.1. Os serviços do escopo do PGRO devem abranger todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

1.2. Equipe de Trabalho

1.2.1. Deve ser elaborado exclusivamente por Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho.

1.2.2. Todas as visitas deverão ser comprovadas por meio da Certidão de Vistoria (Anexo I do Termo de Referência – evento [0767455](#))

1.2.3. A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE o cronograma de vistorias que será aprovado pelo gestor do contrato para dar início as visitas e avaliações locais. Podendo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser montado várias frentes de vistoria. Após aprovado este cronograma, alterações no mesmo deverão ser submetidas à aprovação da Fiscalização.

1.2.4. O CONTRATANTE informará a CONTRATADA por meio de comunicação eletrônica (e-mail) antes do levantamento de campo as informações atualizadas dos gestores responsáveis pelas unidades administrativas a serem avaliadas e dos servidores designados que acompanharão os serviços de campo.

1.3. Inventário dos riscos

1.3.1. A CONTRATADA deve realizar o inventário dos riscos ocupacionais, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- b) caracterização das atividades;
- c) descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas;
- d) dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17;
- e) avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação; e
- f) critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.

1.3.2. O levantamento dos riscos deve ser realizado em campo, juntamente com as avaliações ambientais, a fim de identificar de forma qualitativa os riscos existentes em cada unidade da CONTRATADA, com o acompanhamento do gestor da unidade ou de um outro representante designado pelo CONTRATANTE.

1.3.3. O instrumento a ser utilizado para identificação de perigos e avaliação de riscos é o Levantamento de Aspectos, Impactos, Perigos e Danos – LAIPD.

1.3.4. O LAIPD deve conter a descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos.

1.3.5. Posteriormente, a CONTRATADA deve classificar os riscos pela combinação entre severidade e probabilidade de cada risco.

1.4. Realização das avaliações dos riscos ambientais

1.4.1. Juntamente com o inventário dos riscos, a CONTRATADA deve proceder com as avaliações ambientais, as quais deverão ser realizadas em campo de acordo com a NR-9 e com a NHO correspondente ao agente de risco.

1.4.2. O número de amostragens para as avaliações ambientais quantitativas e a seleção dos empregados devem ser representativos quanto aos riscos que o GHE (Grupo Homogêneo de Exposição) está exposto.

1.4.3. A CONTRATADA deve elaborar relatórios de campo para cada avaliação ambiental realizada contendo os seguintes itens:

- a) nomes dos amostrados;
- b) caracterização das condições ambientais;
- c) jornada de trabalho (início e fim da amostragem);
- d) nome do técnico da CONTRATADA;
- e) nome do representante da CONTRATANTE;
- f) agentes amostrados,
- g) metodologia aplicada;
- h) instrumentação utilizada na avaliação, indicando marca, modelo e nº de série e certificados de calibração.

1.4.4. A CONTRATADA deve dispor de todos os instrumentos necessários para realizar as avaliações ambientais, devidamente calibrados quando da medição de campo, juntamente com os certificados de calibração rastreáveis e com data de validade.

1.4.5. Uma lista contendo todos os instrumentos que serão utilizados deve ser enviada ao CONTRATANTE para aprovação prévia.

1.4.6. Na lista deve conter o nome do equipamento, marca, modelo, número de série e certificado de calibração.

1.4.7. Na ocorrência de substituição de algum dos instrumentos, uma nova lista deverá ser apresentada para aprovação prévia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.4.8. Em hipótese alguma serão admitidas adaptações de equipamentos não apropriados.

1.4.9. As avaliações devem ser realizadas com base nas metodologias nacionais ou internacionais vigentes e aceitas pelos órgãos fiscalizadores para os agentes de risco a serem analisados.

1.5. Elaboração do Plano de Ação

1.5.1. O plano de ação vislumbra a melhoria contínua das questões de segurança e saúde na unidade.

1.5.2. O plano de ação deve ser elaborado pela CONTRATADA juntamente com o gestor da unidade avaliada e o gestor da Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, indicando as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas.

1.5.3. Deve contemplar um cronograma, formas de acompanhamento e aferição de resultados e responsáveis.

1.5.4. Concluída a avaliação ambiental, detectando-se situação de medição acima do nível de ação (NA) do agente avaliado, a CONTRATADA deve discutir com a Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, antes da finalização do PGRO, no intuito de subsidiar possíveis medidas de controle.

1.5.5. Nos casos de medições com resultados duvidosos gerados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a realização de uma nova avaliação ambiental sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

1.5.6. O PGRO deve ser composto, no mínimo, pelos seguintes itens:

- a. Identificação da unidade;
- b. Identificação da equipe de elaboração e responsável técnico;
- c. Objetivo;
- d. Referências bibliográficas;
- e. Metodologias aplicadas e descrição dos equipamentos utilizados;
- f. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- g. Caracterização das atividades por função;
- h. Inventário de riscos levantados, qualitativamente e quantitativamente;
- i. Tabelas de resultados das avaliações de riscos quantitativas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- j. Análise crítica dos resultados obtidos;
- k. Descrição de medidas de prevenção existentes;
- l. Plano de Ação de Gerenciamento dos Riscos;
- m. Anexo com os certificados de calibração dos equipamentos utilizados;
- n. Anexo com os laudos laboratoriais adotados para a caracterização dos riscos e histograma minuto a minuto das audiodosimetrias;
- o. Anexo com os relatórios de campo;
- p. Anexo com a ART original devidamente assinada pelas partes.

DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO)

CLÁUSULA TERCEIRA - O PCMSO corresponde a uma série de ações preventivas e que promovem a saúde de todos os trabalhadores, é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas do TRE-RO no campo da saúde dos servidores. A NR7 estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores.

1. OBJETIVOS

1.1. O PCMSO tem como finalidade promover, com base nos riscos identificados no PGRO, a monitoração e preservação da Saúde Ocupacional através da realização dos exames admissionais, periódicos, demissionais, mudança de função, retorno ao trabalho.

1.2. O PCMSO deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico – epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.

1.3. O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.

2. ELABORAÇÃO DO PCMSO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1. O PCMSO deverá ser elaborado levando-se em consideração:

- a) os dados obtidos no PGRO;
- b) dados estatísticos de afastamentos médicos no ano anterior a sua elaboração;
- c) as 5 (cinco) alterações mais recorrentes nos exames periódicos realizados no ano anterior;
- d) Todas as determinações da NR7 que forem aplicáveis aos servidores do TRE-RO;
- e) As exigências da RESOLUÇÃO CNJ – 207 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015;
- f) As exigências do [DECRETO Nº 6.856, DE 25 DE MAIO DE 2009](#).

2.2. Os dados estatísticos de afastamentos médicos no ano anterior a sua elaboração e as 5 (cinco) alterações mais recorrentes nos exames periódicos realizados no ano anterior serão fornecidos pela equipe gestora do contrato.

2.3. O PCMSO deve ser elaborado exclusivamente por Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, e designar, expressamente, o Médico do Trabalho responsável pela coordenação do programa ao longo de sua vigência.

3. ESTRUTURA DO PCMSO

3.1. O PCMSO deve conter as ações no campo da saúde, planejadas para o período de 12 (doze) meses e uma organização de forma a facilitar o seu entendimento. Para tanto, devem constar:

- 1. PERFIL DO ÓRGÃO - contendo identificação da empresa ou instituição: Razão social, endereço, CNPJ, ramo de atividade e grau de risco conforme quando I da NR 4,
- 2. QUADRO DE QUANTATIVO DE HOMENS E MULHERES - com número de trabalhadores com distribuição por sexo,
- 3. HORÁRIO DE TRABALHO - contendo horários de trabalho e turnos.
- 4. QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PCMSO
- 5. INTRODUÇÃO – contendo a fundamentação legal para a elaboração do documento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. OBJETIVOS

7. RESPONSABILIDADES – contendo a relação de agentes responsáveis pela elaboração e execução do PCMSO, bem como suas respectivas funções e atribuições.

8. CONSIDERAÇÕES GERAIS – contendo os tópicos do programa

9. CONCEITOS BASICOS – explanação sobre cada tópico do programa.

10. ABRANGÊNCIA (tópico 1)

11. PERIODICIDADE DA REALIZAÇÃO DOS EXAMES COMPLEMENTARES (tópico 2);

12. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS A SAÚDE OCUPACIONAL (tópico 3)

13. CARGO/FUNÇÃO E PLANILHA DE EXAMES A SEREM REALIZADOS – tomando-se como referência o [DECRETO Nº 6.856, DE 25 DE MAIO DE 2009](#);

14. PRONTUÁRIO MÉDICO

15. PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES BASEADAS NA RESOLUÇÃO CNJ – 207 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 – contendo ações de saúde com base nas 5 (cinco) patologias que mais geraram afastamentos médicos e as 5 (cinco) patologias mais encontradas nos exames periódicos, tomando-se como base os dados do exercício anterior ao da elaboração do PCMSO.

16. VACINAÇÃO - contendo o calendário de vacinação.

17. PALESTRAS EDUCATIVAS E DE INTERESSE GERAL – as temáticas propostas devem considerar os dados do PGRO bem como os dados referenciados no item “15 deste Tópico”.

18. PRIMEIROS SOCORROS

19. CONSIDERAÇÕES FINAIS – contendo a definição de data para apresentação do Relatório Anual do PCMSO.

20. TERMO DE COMPROMISSO

21. PLANILHA DE PLANEJAMENTO E COMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PCMSO - onde deverá conter a data para apresentação do Relatório anual do PCMSO.

22. ANEXOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2. Identificação dos riscos ligados ao trabalho por função/setor e/ou grupo homogêneo de risco.

3.3. O documento base do PCMSO deve ser atualizado a cada período de 12 (doze) meses a partir da implantação do programa, ainda que na ausência de alterações nos processos, ambientes e riscos ocupacionais.

DOS EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS

CLÁUSULA QUARTA - A Lei 8.112/90, art. 206-A dispõe que ‘o servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento’ e o Decreto 6.856/09, dentre outras providências, descreve quais exames deverão ser realizados.

1. OBJETIVOS

1.1. A realização de exames médicos ocupacionais tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

2. DA EXECUÇÃO DOS EXAMES OCUPACIONAL

2.1. Os exames Ocupacionais incluem exames admissionais, demissionais, de mudança de função e periódicos.

2.1.1. Os exames admissionais, demissionais ou de mudança de função serão realizados conforme demanda.

2.1.2. Os exames periódicos ocupacionais (EPO's) serão realizados anualmente sendo que os intervalos de tempo variam de acordo com a faixa etária, estado de saúde, local de trabalho e atividades que desempenha, conforme demonstrado abaixo:

a) bianual – para os servidores com idade entre dezoito e quarenta e cinco anos;

b) anual – para servidores com idade acima de quarenta e cinco anos.

2.3. A CONTRATADA deverá entregar mensalmente relatório contendo a relação dos servidores que realizaram os exames periódicos, com a devida descrição dos achados clínicos juntamente com os Atestados de Saúde Ocupacional e os resultados dos exames realizados por servidor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4. No encerramento dos exames de dezembro, a CONTRATADA deverá apresentar, além do relatório mensal, relatório contendo as seguintes informações:

- a) Relação de servidores que apresentam doenças crônicas, bem como as respectivas patologias.
- b) Relação das 5 (cinco) patologias com maior incidência, detectadas nos exames periódicos.

2.5. Os EPO's, dos **servidores do interior** deverão ser realizados de acordo com cronograma apresentado pela contratada e devidamente aprovado pelo gestor do contrato, e deverá ser realizado obrigatoriamente em 3 (três) etapas, na seguinte ordem:

- a) Coleta de material para exames laboratoriais;
- b) Realização dos exames de imagem e oftalmológico para os servidores com mais de 45 anos;
- c) Consulta médica, obrigatoriamente realizada por médico do trabalho, para verificações das condições clínicas do servidor, bem como preenchimento do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), que deve ser realizada no local de trabalho do servidor. (responsabilidade da contratada - disponibilizar local adequado que preserve a privacidade dos servidores para realização da coleta de material para exames laboratoriais e consulta clínica, podendo ser utilizadas as instalações nos cartórios no interior caso necessário.)

2.6. O EPO somente será considerado concluído após o preenchimento do ASO.

2.7. Os exames obrigatórios são:

I – Exames laboratoriais independente de idade:

- a) hemograma completo;
- b) glicemia;
- c) urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS);
- d) creatinina;
- e) colesterol total e triglicérides;
- f) AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO);
- g) ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

h) citologia oncológica (Papanicolau), para mulheres;

II – Exames para servidores com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade:

a) Oftalmológico.

III - servidores com mais de 50 (cinquenta) anos:

a) pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico);

b) mamografia, para mulheres; e

c) PSA, para homens.

2.8. A empresa será responsável pelos agendamentos dos EPO's de acordo com o disposto nos itens **2.1 a 2.7 desta Cláusula**.

2.9. Em relação aos exames laboratoriais, deverão ser realizados por laboratório creditado e com certificação ISO.

2.10. Em relação aos exames radiológicos, os laudos deverão ser assinados por radiologista com comprovação da especialização ou residência médica na área.

2.11. Em relação aos exames oftalmológicos, os laudos deverão ser assinados por médico com comprovação da especialização ou residência médica na área.

2.12. Caso o servidor se recuse a realizar o EPO, deverá apresentar justificativa por escrito para registro da recusa em prontuário.

DO LAUDO ERGONÔMICO INDIVIDUALIZADO PARA FINS DE PERÍCIA MÉDICA

CLÁUSULA QUINTA – Quanto ao laudo ergonômico individualizado para fins de perícia médica, devem ser observadas as seguintes condições:

I - O laudo ergonômico individualizado, se prestará a atender as demandas periciais oriundas da Junta Médica Oficial do TRT 14 (JMO) ou pela médica do TRE-RO, nas situações em que houver essa demanda específica nas avaliações periciais realizadas, para readaptações ou readaptações funcionais a magistrados e servidores com restrições laborais por suas queixas sugestivas de LER/DORT ou outras situações de natureza osteomuscular que possam estar relacionadas ao posto de trabalho ou ao próprio processo de trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Por exemplo: pode ser solicitado pela Junta Médica Oficial ou por médico do Tribunal em um processo administrativo que necessite desta avaliação para tomada de decisões relativas ao periciado seja ele magistrado ou servidor. Normalmente deverá “responder” aos questionamentos ergonômicos levantados acerca daquele posto.

1. OBJETIVOS

1.1. Laudo Ergonômico é um documento emitido como resposta a uma ou mais questões ergonômicas relativas a uma condição específica de trabalho em um determinado posto. Por exemplo: pode ser solicitado pela Junta Médica Oficial ou por médico do TRE-RO em um processo administrativo que necessite desta avaliação para tomada de decisões relativas ao periciado seja ele magistrado ou servidor.

2. ELABORAÇÃO DO LAUDO ERGONÔMICO INDIVIDUALIZADO PARA FINS DE PERÍCIA MÉDICA.

2.1. O Laudo Ergonômico Individualizado em Processos Administrativos e de Junta Médica, tem caráter, contínuo durante a vigência do contrato, conforme demanda. As estimativas são de 3 (três) laudos por semestre, perfazendo 6 (seis) laudos/ano.

2.2. A CONTRATANTE comunicará a necessidade da formulação do referido laudo por meio de comunicação oficial no processo de registro de ocorrências.

2.3. A CONTRATADA terá 5 (cinco) dias para apresentar a documentação do profissional responsável pelo Laudo Ergonômico Individualizado, que deverá ser Engenheiro de segurança do Trabalho, Médico do Trabalho ou Fisioterapeuta com especialização em ergonomia.

2.4. Após a Aprovação do profissional indicado, a empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do Laudo Ergonômico Individualizado

3. ESTRUTURA DO LAUDO ERGONÔMICO INDIVIDUALIZADO PARA FINS DE PERÍCIA MÉDICA.

3.1. Deverá “responder” aos questionamentos ergonômicos levantados acerca daquele posto pela Junta Médica Oficial ou por médico do TRE-RO em um processo administrativo.

DA ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA - Os profissionais selecionados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, deverão atender todas as exigências elencadas neste instrumento, avaliando todas as unidades relacionadas a seguir, para fins de elaboração do PGRO, PCMSO (e relatório), Exames Periódicos, e Laudo Ergonômico Individualizado (em caso de demanda), conforme quadro a seguir:

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO
1	1ª Zona Eleitoral – Guajará Mirim	Av. Candido Rondon, nº 784 -Tamandaré.
2	2º, 6º, 20º, 21º Zonas Eleitorais – Porto Velho	Av. Presidente Dutra, nº 1889 – Baixa União.
3	3ª e 30ª Zonas Eleitorais - Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, nº 1218 - Centro.
4	Posto de atendimento Eleitoral –Presidente Médice	Av. Macapá, 1763, Ernandes Gonçalves.
5	4ª Zona Eleitoral – Vilhena	Rua 545, nº 495 - Jardim América.
6	5ª Zona Eleitoral – Costa Marques	Av. Chianca, nº 1159 - Centro.
7	7ª, 25ª e 26ª Zonas Eleitorais – Ariquemes	Rua Aquariquara, nº 3631- Setor Industrial.
8	8ª Zona Eleitoral – Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, nº 4056 - Centro.
9	9ª Zona Eleitoral – Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, nº 970 - Dos Pioneiros.
10	10ª e 27ª Zonas Eleitorais – Jaru	Rua Princesa Isabel, nº 1028 - Setor 2.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO
11	11ª Zona Eleitoral – Cacoal	Rua Monteiro Lobato, nº 1583 - Centro.
12	12ª Zona Eleitoral – Espigão do Oeste	Rua Rio Grande do Sul, nº 2664 - Centro.
13	13ª e 28ª Zonas Eleitorais – Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, nº 83 - Da União.
14	15ª e 29ª Zonas Eleitorais – Rolim de Moura	Av. São Luiz, nº 4557 – Centro.
15	Posto de atendimento Eleitoral – Nova Brasilândia do Oeste	Av. Treze de Maio, 612-688.
16	16ª Zona Eleitoral – Cerejeiras	Av. das Nações, nº 1847 - Centro.
17	17ª Zona Eleitoral – Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, nº 3068 - Princesa Isabel.
18	18ª Zona Eleitoral – Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Lobato, nº 4283, Centro.
19	19ª Zona Eleitoral – Santa Luzia do Oeste	Rua D. Pedro I, nº 2349 - Centro.
20	32ª Zona Eleitoral – Machadinho do Oeste	Av. Rio de Janeiro, nº 3134 - Centro.
21	34ª Zona Eleitoral – Buritis	Avenida Porto Velho, nº 1454 - Centro.
22	35ª Zona Eleitoral – São Miguel do Guaporé	Avenida Cacoal, nº 965 - Cristo Rei.
23	Sede TRE –RO – Porto Velho	Av. Presidente Dutra, nº 1889 –

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO
		Baixa União.
24	Centro de Memória – Porto Velho	Av. Presidente Dutra, nº 1889 – Baixa União
25	Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” – Porto Velho	Av. 7 de Setembro, nº 830 – Centro.

Subcláusula Primeira - Os serviços contratados têm como público alvo 284 (duzentos e oitenta e quatro) servidores, divididos em: Servidores do Quadro: 183 (cento e oitenta e três); Requisitados ou cedidos: 91 (noventa e um); Removidos de outros Estados ou órgãos: 3 (três), conforme descrição de serviços, localidades e quantitativo de servidores detalhados nos quadros a seguir:

QUADRO 1 – PÚBLICO ALVO

Imóvel - Secretaria do TRE-RO	
Porto Velho	Quantidade
Servidores Efetivos	113
Servidores Removidos para este TRE	4
Servidores Requisitados/Cedidos	17
Imóvel - Zonas Eleitorais	
1ª ZE - Guajará Mirim	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	4
2ª ZE - Porto Velho	Quantidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	6
3ª ZE - Ji-Paraná	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	5
4ª ZE – Vilhena	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	4
5ª ZE - Costa Marques	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	1
6ª ZE - Porto Velho	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	4
7ª ZE - Ariquemes	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	7
8ª ZE - Colorado do Oeste	Quantidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	3
9ª ZE - Pimenta Bueno	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	3
10ª ZE – Jaru	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
11ª ZE – Cacoal	Quantidade
Servidores Efetivos	3
Servidores Requisitados	6
12ª ZE - Espigão do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
13ª ZE - Ouro Preto do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
15ª ZE - Rolim de Moura	Quantidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	3
16ª ZE - Cerejeiras	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
17ª ZE - Alta Floresta do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	4
18ª ZE - Alvorada do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	2
19ª ZE - Santa Luzia do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	1
20ª ZE - Porto Velho	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	7
21ª ZE - Porto Velho	Quantidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	6
25ª ZE - Ariquemes	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	3
26ª ZE - Ariquemes	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	2
27ª ZE – Jaru	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	2
28ª ZE - Ouro Preto do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	0
29ª ZE - Rolim de Moura	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
30ª ZE - Ji-Paraná	Quantidade

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	4
32ª ZE - Machadinho do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	2
34ª ZE – Buritis	Quantidade
Servidores Efetivos	3
Servidores Requisitados	3
35ª ZE - São Miguel do Guaporé	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	0

QUADRO 2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
1	25	Elaboração do PGRO de todos os fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas na Cláusula Sexta), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do Centro de Memória.
2	25	Elaboração do PCMSO de todos os fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas na Cláusula Sexta), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do Centro de Memória.
3	314	Realização de exames médicos ocupacionais de todos os servidores dos fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas na Cláusula Sexta), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do Centro de Memória. A lista de exames a serem realizados encontram-se

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		no anexo II do Termo de Referência.
4	25	Relatório Anual de todos os fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas na Cláusula Sexta), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do Centro de Memória.
5	9	Realizar Laudo Ergonômico Individualizado em Processos Administrativos e de Junta Médica sobre as condições específicas de trabalho de determinado posto localizado em qualquer dos fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas na Cláusula Sexta), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do Centro de Memória.

QUADRO 3 – SERVIÇOS POR LOCALIDADE

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
1ª Zona Eleitoral – Guajará Mirim	Elaboração do PGRO	06
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
2º, 6º, 20º, 21º, Zonas Eleitorais – Porto Velho	Elaboração do PGRO	43
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
3ª e 30ª Zonas Eleitorais - Ji-Paraná	Elaboração do PGRO	12
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
Posto de atendimento eleitoral de Presidente Médice	Elaboração do PGRO	3
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
4ª Zona Eleitoral - Vilhena	Elaboração do PGRO	06
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
5ª Zona Eleitoral – Costa Marques	Elaboração do PGRO	03
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
7ª, 25ª e 26ª Zonas Eleitorais – Ariquemes	Elaboração do PGRO	16
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
8ª Zona Eleitoral – Colorado do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
9ª Zona Eleitoral – Pimenta Bueno	Elaboração do PGRO	05
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
10ª e 27ª Zonas Eleitorais – Jaru	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
11ª Zona Eleitoral – Cacoal	Elaboração do PGRO	11
	Elaboração do PCMSO	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
12ª Zona Eleitoral – Espigão do Oeste	Elaboração do PGRO	03
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
13ª e 28ª Zonas Eleitorais – Ouro Preto do Oeste	Elaboração do PGRO	06
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
15ª e 29ª Zonas Eleitorais – Rolim de Moura	Elaboração do PGRO	8
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
Posto de atendimento eleitoral de Alvorada do Oeste	Elaboração do PGRO	2
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
16ª Zona Eleitoral – Cerejeiras	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
17ª Zona Eleitoral – Alta Floresta do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
18ª Zona Eleitoral – Alvorada do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
19ª Zona Eleitoral – Santa Luzia do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
32ª Zona Eleitoral – Machadinho do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
34ª Zona Eleitoral – Buritis	Elaboração do PGRO	05
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
35ª Zona Eleitoral – São Miguel do Guaporé	Elaboração do PGRO	05
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
Centro de Memória – Porto Velho	Elaboração do PGRO	01
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
	de perícia	
Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” – Porto Velho	Elaboração do PGRO	16
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
Edifício Sede do TRE – RO – Porto Velho (e anexos)	Elaboração do PGRO	151
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	

Subcláusula Segunda - Os servidores da Central de Atendimento ao Eleitor ‘Tudo Aqui’ são advindos das zonas eleitorais (ZE) de Porto Velho. Portanto, tais servidores não deverão ser computados nas ZE de origem.

Subcláusula Terceira - O quantitativo de servidores indicados neste Contrato é estimativo, o qual poderá sofrer alterações em razão de movimentações (posse, exoneração e redistribuição), bem como admissão de estagiários.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – A presente contratação se deu mediante realização de pregão eletrônico, na forma Eletrônica, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

(Artigos 55, IV, e 57, I, § 1º da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA OITAVA – Este Contrato terá vigência de 18 (dezoito) meses, a contar da sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e poderá vir a ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a sessenta meses, nos termos do art. 57, I, c/c § 1º da Lei 8.666/93.

DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA NONA – Para a execução dos serviços contratados, deverá ser observado o que segue:

I - Deverá a CONTRATADA entregar, em um prazo de 10 (dez) dias corridos, cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas referentes ao PGRO, PCMSO e Exames Periódicos, a partir da data de assinatura do contrato;

II - A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias corridos para entregar os exames periódicos a partir da data de assinatura do contra.

III -A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias corridos para entregar o PGRO, a partir da data de assinatura do contrato;

IV - A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias corridos para entregar o PCMSO, a partir da entrega do PGRO;

V - A CONTRATADA terá 20 (vinte) dias corridos para entrega do Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia a partir da data de solicitação pela CONTRATANTE;

VI - Relatório Anual do PCMSO deverá ser entregue ao final de 12 (doze) meses da entrega do PCMSO;

Subcláusula Primeira - Os prazos estipulados acima poderão ser prorrogados uma única vez, por até 10 (dez) dias úteis, mediante pedido expresso e justificado da CONTRATADA, e aceite do CONTRATANTE;

Subcláusula Segunda - Os relatórios e os laudos serão recebidos provisoriamente para análise do CONTRATANTE, que terá o prazo de 30



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(trinta) dias úteis para a análise e o recebimento definitivo ou determinação de ajustes. Caso haja necessidade de ajustes, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar o novo relatório devidamente corrigido.

Subcláusula Terceira - Quantos aos exames PGRO e PCMSO deverão ser realizados anualmente, com novo ciclo de prazo, conforme itens 4 e 5 desta Cláusula, iniciando-se após 12 (doze) meses da entrega do último PGRO.

Subcláusula Quarta - Os exames periódicos serão realizados de forma contínua. Sendo que cada servidor deverá ter a oportunidade de realizá-los anualmente ou bianualmente, conforme Cláusula Quarta, item 2.1.2, preferencialmente no seu mês de aniversário.

Subcláusula Sexta - Havendo alteração de atividades, dentro do período contemplado, em qualquer das unidades já abrangidas pelos programas, deverá ser providenciada sua contemplação pelo programa atinente.

DO VALOR

(Art. 55, III e V, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA – O valor total estimado deste contrato é **R\$ 167.073,60 (cento e sessenta e sete mil setenta e três reais e sessenta centavos)**, conforme proposta da CONTRATADA (evento [0919110](#)).

Subcláusula Primeira - O valor deste Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

Subcláusula Segunda - O quantitativo de servidores indicados neste Contrato é estimativo, o qual poderá sofrer oscilações decorrentes das inclusões e exclusões de usuários durante sua execução, na forma regulamentar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes, despesas administrativas e lucro, entre outros.

Subcláusula Quarta - As despesas com a execução do presente Contrato correrão com recursos específicos consignados no Orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Fonte de Recurso: 0100000000, Natureza da Despesa 339039, Nota de Empenho n. 2022NE000752, de 25/10/2022 (evento [0927226](#)), conforme demonstrado no quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	ORDINÁRIO
AGREGADOR	Serviços Técnicos Profissionais
DESPESA AGREGADA	Contratação de Empresa de para prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho
PLANO INTERNO	ADM APOIO

DA GARANTIA

(Art. 55, VI, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Para assegurar a plena execução do presente ajuste, a licitante deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste instrumento, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

Subcláusula Primeira – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III. Fiança bancária, desde que emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário), devendo constar expressa a renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Subcláusula Segunda – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

Subcláusula Terceira – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior.

Subcláusula Quarta- A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta – A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

Subcláusula Sexta – A eventual prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato condiciona-se à renovação da garantia, com idêntico percentual e vigência previstos nas subcláusulas anteriores, calculada sobre o valor total dos serviços apurado em razão do período dimensionado na prorrogação.

Subcláusula Sétima – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA quitou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

Subcláusula Oitava - As garantias contratuais serão devidamente atualizadas monetariamente, consoante preconizado no art. 56 da Lei n. 8.666/93, bem assim atualização da garantia sempre que houver alteração do valor do contrato, em respeito ao §2º do citado dispositivo legal.

DO PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O pagamento dos trabalhos relativos à elaboração PGRO e Laudo Ergonômico será efetuado no término de cada serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente certificada pelo gestor do contrato.

Subcláusula Primeira – Os serviços do PCMSO, Elaboração, Implantação, Coordenação, serão pagos pela CONTRATANTE, no valor de 75% (setenta e cinco por cento) da prestação dos serviços; o restante do valor será quitado no momento da apresentação do Relatório Anual do PCMSO, ambos mediante a apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, devidamente certificada pelo gestor do contrato.

Subcláusula Segunda – Os serviços dos exames periódicos serão pagos mensalmente no mês posterior à apresentação de relatório dos atendimentos no mês anterior com respectiva Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente certificada pelo gestor do contrato.

Subcláusula Terceira – Somente serão pagos os exames efetivamente realizados pela Contratada.

Subcláusula Quarta – O pagamento será feito em até 15 (quinze) dias úteis, contados da certificação da nota fiscal pelo Gestor do Contrato, mediante crédito em conta, via ordem bancária em nome da CONTRATADA, através do Banco do Brasil S/A, a qual deverá informar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no corpo da Nota Fiscal/fatura, o banco, o número da conta corrente, código da agência e praça de pagamento.

Subcláusula Quinta – No ato do pagamento a CONTRATADA deverá estar em situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Subcláusula Sexta – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Sétima – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Oitava – A compensação financeira prevista no parágrafo anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Coordenador de Educação e Desenvolvimento (COEDE), e a fiscalização será exercida pelo titular da Seção de assistência médica e social – SAMES (ou, nas ausências dos titulares, pelos respectivos substitutos automáticos ou designados, que devem possuir a mesma qualificação), os quais terão autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle da execução contratual, competindo aos mencionados servidores as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

Subcláusula única - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização mencionada durante a realização dos trabalhos indicados neste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos objetos ora contratados.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Cabe ao CONTRATANTE, além do previsto e exigido pela Lei nº 8.666/93 e normas regulamentares pertinentes:

I - Fornecer lista completa e atualizada contendo os nomes de todos os servidores, com suas respectivas lotações, bem como o(s) cargo(s) ocupado(s), com as respectivas atribuições, a serem enviados no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato;

II - Fornecer o modelo de PGRO (como nunca foi realizado PGRO será fornecido cópia do último PPRA) e PCMSO produzido em contratações anteriores, a serem enviados no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato;

III - Suspender a contagem de prazo de entrega do programa, nos casos em que houver falha ou atraso no envio dos documentos supracitados;

IV - Franquear a entrada de profissionais da CONTRATADA nas dependências do Tribunal, desde que devidamente identificados e no horário de funcionamento, nas unidades da capital e interior do estado de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Rondônia, para realizar as medições e avaliações necessárias à execução dos serviços;

V - Atestar a execução dos serviços;

VI - Avaliar o desempenho técnico dos trabalhos, sob seu único e exclusivo critério, no tocante ao atendimento satisfatório das especificações deste fornecimento;

VII - Validar ou reprovar os relatórios referentes aos resultados de cada etapa, e notificar a CONTRATADA descrevendo quais itens não foram atendidos;

VIII - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;

IX - Promover o pagamento pela prestação do serviço conforme a execução, na dependência da apresentação da Nota Fiscal de Serviços e certidões de regularidade fiscal, nos moldes exigidos neste instrumento;

X - Rejeitar no todo ou em parte o objeto do contrato, se em desacordo com as especificações e as cláusulas contratuais, notificando a CONTRATADA para corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com as regras deste contrato;

XI - Solicitar, por escrito, o comparecimento do engenheiro ou médico da pessoa jurídica responsável pela elaboração PGRO se compromete a comparecer por 02 (duas) vezes à Unidade, após a conclusão e entrega dos trabalhos, mas dentro do prazo de vigência do PGRO, para auxiliar na implantação das ações propostas no planejamento anual, com acompanhamento de responsável no TRE-RO;

XII - Solicitar da CONTRATADA as informações adicionais aos laudos, caso sejam dúbias ou incompletas as informações neles contidas.

XIII - Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados;

XIV - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

XV - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Cabe à CONTRATADA, além do previsto e exigido pela Lei nº 8.666/93 e normas regulamentares pertinentes:

I - Dispor dos profissionais habilitados necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências;

II - Comunicar, por escrito, aos gestores do contrato, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da assinatura do contrato, o nome do Engenheiro de Segurança do Trabalho que realizará o PGRO e do médico coordenador responsável pela execução do PCMSO, bem como a devida comprovação de sua qualificação técnica;

III - Apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, após a assinatura do contrato a comprovação de qualificação:

a) Do radiologista responsável pelos laudos radiológicos conforme item 2.10 da Cláusula Quarta, e sempre que for necessário a substituição do profissional.

b) Do oftalmológico, responsável pelos laudos oftalmológicos conforme item 2.11 da Cláusula Quarta, e sempre que for necessário a substituição do profissional.

c) Do laboratório que realizará a coleta e análise dos exames laboratoriais conforme disposto no item 2.9 da Cláusula Quarta.

IV - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, sobretudo no que se refere às condições médicas;

V - Emitir fatura correspondente aos serviços prestados;

VI - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

VII - Indicar ao CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da assinatura do contrato, o nome de seu preposto ou empregado de competência, com um substituto na sua ausência, para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las aos fiscais do presente objeto;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VIII - Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;

IX - Instruir sua equipe sobre as normas do CONTRATANTE.

X - Responsabilizar-se civil e penalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do contrato, além de assumir os seguintes encargos e as obrigações elencadas no Termo de Referência.

XI - Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como: pagamento de salários, encargos previdenciários, seguro contra acidentes, indenizações, transporte, alimentação (vale-alimentação), uniformes, recolhimento de taxas, impostos, contribuições e outros que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Governo;

XII - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os eventuais acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do contrato.

XIII - Não transferir sua responsabilidade para outras entidades, subcontratadas, representantes ou quaisquer outros.

XIV - Cumprir e fazer com que o seu pessoal cumpra as obrigações e procedimentos contidos neste instrumento contratual.

XV - Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos, por motivos estranhos à sua vontade, tais como: força maior comprovada, impossibilidade notória em face de instruções determinantes dos Órgãos Públicos, judiciais ou de classe, bem como caso fortuito.

XVI - Para a elaboração do PGRO, a CONTRATADA deverá observar:

- a) Atender todos as características descritas na Cláusula Segunda.
- b) Apresentar as Certidões de Vistoria em até 5 (cinco) dias úteis após cada visita in loco;
- c) Fazer a inspeção e as medições indicadas, em cada unidade do TRE-RO, obedecendo, no mínimo, as Normas Técnicas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria n. 3214/78), principalmente a NRs – 9, 10, 15, 16,17 e 32, Decreto nº 93.412/86 Eletricidade, Normas de Higiene Ocupacional (NHO) da Fundacentro, Constituição Federal de 1988, Orientação Normativa SEGEP Nº 6/2013, e Normas da ANVISA, bem como todas as legislações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

referentes aos objetos do TR no momento da confecção dos laudos. As inspeções deverão ser acompanhadas por servidor do TRE-RO, cujo nome deverá constar em relatórios/laudos/planilhas.

d) Incluir o certificado de calibração dos aparelhos utilizados para medições, efetuadas em atendimento ao item anterior, em todos os documentos que façam menção a tais resultados.

XVII - Para a elaboração do PCMSO, a CONTRATADA deverá observar:

a) Utilizar todos os dados relevantes contidos no PGRO.

b) Atender todos os itens já presentes nos últimos PCMSO's elaborados para este Tribunal. Podendo sugerir melhorias e acréscimos para aperfeiçoamento da documentação.

c) Apresentar relatório anual das ações prevista no PCMSO.

b) Proceder os ajustes demandados pelo fiscal do contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dia úteis.

XVIII - Para a execução dos Exames Periódicos, a CONTRATADA deverá observar:

a) Proceder o agendamento dos exames laboratoriais, imagem e consulta clínica, por telefone, preferencialmente dentro do mês de aniversário do servidor; e

b) Confirmar o agendamento via e-mail com cópia ao fiscal do contrato.

XIX - Apresentar relatório mensal contendo:

a) Quantidade de agendamentos;

b) Quantidade de exames realizados (exames laboratoriais, de imagem e clínico) devendo constar o nome dos servidores que os realizaram, bem como os achados clínicos.

c) Quantidade de ausências (servidores com agendamento confirmado que não compareceram na data marcada)

d) Quantidade de recusas (servidores que se recusaram a fazer os exames)

XX - Atender os servidores de forma cordial e humanizada.

XXI - Apresentar relatório anual, conforme item 2.4 da Cláusula Quarta.

XXII - Para a execução do Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia médica, cumprir o disposto na Cláusula Quinta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93.

Subcláusula Primeira Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das multas previstas em edital e na contratação e das demais cominações legais, a contratada que:

- a) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Cometer fraude fiscal; e
- j) Fizer declaração falsa.

Subcláusula Segunda – Ficar caracterizada fraude na contratação se a CONTRATADA:

- a) entregar um serviço por outro;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) alterar substância, qualidade ou quantidade dos serviços prestados neste Tribunal;
- c) tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução da contratação.

Subcláusula Terceira – Ficará caracterizado comportamento inidôneo da Contratada, quando houver:

- a) constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE;
- b) atuação com interesses escusos;
- c) reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE;
- d) condenação definitiva da contratada por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação ou a execução da contratação;
- f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução da contratação, sem consentimento prévio do CONTRATANTE.

Subcláusula Quarta – Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste Contrato, no edital do Pregão e seus anexos, e nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração:

- I - **advertência** - nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais de que não resulte prejuízo para a Administração;
- II - **multas** – conforme graus e condutas dispostos nos quadros 1 e 2 abaixo, e demais especificações a seguir;
- III - **suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

QUADRO 1

GRAU	MULTA
1	Advertência
2	1% (um por cento) sobre o valor total do contrato
3	5% sobre o valor total do contrato
4	10% sobre o valor total do contrato

QUADRO 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCI DÊN CIA
1	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas neste instrumento e não elencadas nesta tabela de multas.	1	Por ocorrência
2	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas neste instrumento e não elencadas nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do contrato.	2	Por ocorrência. Limitada sua aplicação até o máximo de 3 ocorrências



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCI DÊN CIA
			ncias.
3	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	2	Por ocorrê ncia. Limit ada sua aplica ção até o máxi mo de 2 ocorrê ncias.
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	2	Por dia e por ocorrê ncia. Limit ada sua aplica ção até o máxi mo de 5 dias ou 2 ocorrê ncias.
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3	Por ocorrê ncia. Limit ada sua aplica

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCI DÊN CIA
			ção até o máxi mo de 1 ocorrê ncias.
6	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal.	3	Por ocorrê ncia, sem prejuí zo da possib ilidade de rescis ão do contra to.
7	Deixar de iniciar os serviços imediatamente após a assinatura do contrato, sem motivo justificável e acatado pelo Tribunal:		
	a) até 5 dias de atraso	1	Por ocorrê ncia
	b) até 10 dias de atraso	2	Por ocorrê ncia
	c) até 15 dias de atraso	3	Por ocorrê ncia
	d) acima de 15 dias de atraso	4	Por ocorrê ncia, sem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCI DÊN CIA
			prejuí zo da possib ilidade e de rescis ão do contra to.
8	Deixar de executar os exames relacionados na Cláusula Quarta deste Contrato	3	Por ocorrê ncia, sem prejuí zo da possib ilidade e de rescis ão do contra to.
9	Deixar de comunicar, por escrito, aos gestores do contrato, em até 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, o nome do Engenheiro de Segurança do Trabalho que realizará o PGRO e do médico coordenador responsável pela execução do PCMSO.	1	Por ocorrê ncia
10	Deixar de reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.	3	Por ocorrê ncia

Subcláusula Quinta – Caso os limites máximos estabelecidos na tabela acima para aplicação de multa de mora sejam extrapolados, presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a continuidade da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução dos serviços. Nesta hipótese, além da multa de mora, a contratada estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com as consequências previstas em lei.

Subcláusula Sexta – As multas de mora e por inexecução parcial, quando aplicadas de forma isolada ou concomitante, não ultrapassarão o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato celebrado, considerando-se para esse fim cada item como um contrato em apartado.

Subcláusula Sétima – Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas.

Subcláusula Oitava – As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à Contratada de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas neste Edital respectivo, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE-RO.

Subcláusula Nona – Sem prejuízo da rescisão do contrato – decretada no exercício do juízo de conveniência e oportunidade da CONTRATANTE - as condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações, como aquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, podem ser sancionadas com a pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento do Sistema Unificado de Fornecedores do Governo Federal – SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002).

Subcláusula Décima - A CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Primeira – A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Segunda – Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – O procedimento para aplicação de sanções pela CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável à requisições já efetuadas e à serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DO REAJUSTE

(Art. 55, III, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os valores estipulados neste Contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base na variação acumulada Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.

Subcláusula Primeira – O marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da CONTRATADA ou a do orçamento a que a proposta se referir.

Subcláusula Segunda – Sempre que houver nova regulamentação no setor, modificação substancial na política econômico-financeira, imposição por decisão judicial, ou ajustes entre as partes diferentes das condições aqui pactuadas, com comprovada repercussão financeira no contrato, os valores poderão ser revistos e aplicados, tendo em conta os novos patamares de custos.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a CONTRATADA reconhece, de logo, o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas que vão a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;
- b) execução da garantia contratual, quando couber, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE;

§ 1º Caso a CONTRATADA cometa falhas sucessivas ou demonstre desempenho insatisfatório ou imperícia na execução de determinado (s) tipo (s) de serviço (s) compreendido (s) no escopo do presente instrumento, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, a seu critério, executar diretamente ou adjudicar os serviços em questão à outra empresa, nos termos da Lei, após comunicação por escrito à CONTRATADA, sendo certo que a CONTRATADA arcará com todas as despesas daí decorrentes.

§ 2º A utilização, pelo CONTRATANTE, do direito a ele assegurado no parágrafo anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à sua disposição por contrato, não cabendo à CONTRATADA reivindicações de quaisquer naturezas em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consequência da aplicação, pelo CONTRATANTE, do disposto no caput.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA— Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

comprometendo-se a não divulgar, nem a fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;

2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;

3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;

4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;

5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;

6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;

7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;

8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

supramencionado e seus Anexos, nas 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), 9507/2018 e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.702/2022, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei 10.406/2002 (Código Civil), Lei 8112/90, Lei 6514/1977, Lei 13.709/2018 (Proteção de Dados) e Decreto 6.856/09, assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 26 de outubro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE CAMARGO Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha

ANEXO I AO CONTRATO N. 29/2022 – VALOR DOS EXAMES COMPLEMENTARES, LAUDOS E CONSULTAS (QUADRO 1) E VALOR DOS PROGRAMAS, RELATÓRIOS, EXAMES PERIÓDICOS E LAUDOS ERGONÔMICOS (QUADRO 2):

QUADRO 1: EXAMES COMPLEMENTARES, LAUDOS E CONSULTAS				
ITEM	EVENTO	PREÇOUNITÁRIO R\$	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	PREÇO TOTAL R\$
1	Hemograma completo	8,00	314	2.512,00
2	Glicemia	8,00	314	2.512,00
3	Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia –EAS)	13,00	314	4.082,00
4	Creatinina	11,00	314	3.454,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5	Colesterol total e triglicérides	48,00	314	15.072,00
6	AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética – TGO)	13,00	314	4.082,00
7	ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica – TGP)	13,00	314	4.082,00
8	Citologia Oncótica (Papanicolau)	90,00	143	12.870,00
9	Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico) para servidores com mais de 50 anos	40,00	89	3.560,00
10	Mamografia, para mulheres com mais de 50 anos.	100,00	46	4.600,00
11	PSA, para homens acima de 45 anos.	50,00	69	3.450,00
12	Anti HBS	15,00	6	90,00
13	HBS AG	15,00	6	90,00
14	Oftalmológico, para servidores acima de 45 anos.	150,00	137	20.550,00
15	Exame clínico ASO periódico	12,00	314	3.768,00
VALOR DOS SERVIÇOS (QUADRO 1)				R\$ 84.774,00

QUADRO 2: PROGRAMAS, RELATÓRIOS, EXAMES PERIÓDICOS E LAUDOS

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ERGONÔMICOS**IMPORTANTE: AS DATAS DO INÍCIO E DO TÉRMINO DOS SERVIÇOS ESTÃO INDICADOS NO ITEM 11 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS (os serviços serão executados nas localidades indicadas no ANEXO II deste TR)	QUANTIDADES (as quantidades estão desdobradas nas localidades indicadas no ANEXO II deste TR)	PRODUTOS EXIGIDOS	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	Programa de Gerenciamento de riscos ocupacionais (PGRO)	25	Programa desenvolvido	1.500,00	37.500,00
02	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	25	Programa desenvolvido	1.180,00	29.500,00
03	Relatório do PCMSO	25	Programa desenvolvido	92,00	2.300,00
04	Laudo ergonômico individualizado	9	Laudos realizados	1.444,40	12.999,60
VALOR DOS SERVIÇOS (QUADRO 2)				R\$ 82.299,60	
Serviço de exames periódicos ocupacionais (Quadro 1)				R\$ 84.774,00	
VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO (QUADRO 1 E 2):				R\$ 167.073,60	

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO****LOPES, Diretora Geral**, em 27/10/2022, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DE CAMARGO, Usuário Externo**, em 28/10/2022, às 09:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/10/2022, às 09:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 28/10/2022, às 10:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0927247** e o código CRC **D592EE7D**.

0000829-84.2021.6.22.8000

0927247v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 32/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

1. INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, da Lei 8.666/93, no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI, c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, na Instrução Normativa nº 04/2008 – TRE/RO e na Resolução TSE n. 23.234/2010, elaboramos o presente Termo de Referência, objetivando a Contratação de empresa prestadora de serviço de segurança e medicina do trabalho, conforme as especificações contidas neste instrumento e demais legislações pertinentes à matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2- DO OBJETO

2.1- Contratação de empresa prestadora de serviço de segurança e medicina do trabalho, a fim de executar, nas dependências da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE/RO) e anexos, Central de Atendimento ao Eleitor localizada no Centro de Atendimento ao Cidadão Tudo Aqui, Centro de Memória do TRE/RO e das Zonas Eleitorais da Capital e das Zonas Eleitorais do interior do Estado de Rondônia, totalizando 25 (vinte e cinco) instalações, conforme as especificações contidas neste instrumento e demais legislações pertinentes à matéria, os seguintes serviços:

- a) Item 1 - Elaborar Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGRO);
- b) Item 2 - Elaborar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
- c) Item 3 - Elaborar o Relatório Anual do PCMSO;
- d) Item 4 - Realizar exames periódicos anuais de todos os servidores efetivos, requisitados, cedidos e estagiários, bem como os exames admissionais e demissionais (sob demanda).
- e) Item 5 - Elaborar Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia médicas

3 – DA JUSTIFICATIVA

3.1- Os serviços pretendidos visam atender aos requisitos para cumprir legislação das normas regulamentadoras (NRs), nomenclatura utilizada pela Portaria n. 3.214/78, emitida pelo Ministério do Trabalho, para regulamentar a Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977, na concessão de aposentadorias especiais, planejamento preventivo de condições ambientais de trabalho, orientação de ajustamentos técnicos necessários às construções, reformas, contratações e aquisições de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia, assim como estabelecer diretrizes acerca da implementação de ações destinadas à promoção de saúde ocupacional, à prevenção de riscos e doenças referentes ao trabalho, como também minimizar a possibilidade de acidente em serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.2 - As condições que permitem aposentadoria especial ou que preencham requisitos para o pleito de adicionais de insalubridade e periculosidade são conhecidas por meio de algumas atividades, a saber:

3.3 - Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGRO): NR1, trata-se de um programa adotado pelas organizações com o intuito de gerenciar os riscos existentes no local de suas atividades.

3.4 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): NR7, estabelece a realização de exames médicos admissionais, periódicos, retorno ao trabalho, mudança de função e demissional. Assim como tem o objetivo prevenir, monitorar e controlar possíveis danos à saúde e integridade do empregado e detectar riscos prévios, especialmente no que diz respeito às doenças relacionadas ao trabalho.

3.5 - Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia médica é um documento emitido como resposta a uma ou mais questões ergonômicas relativas a uma condição específica de trabalho em um determinado posto. Por exemplo: pode ser solicitado pela Junta Médica Oficial ou por médico do Tribunal em um processo administrativo que necessite desta avaliação para tomada de decisões relativas ao periciado seja ele magistrado ou servidor. Não necessita percorrer todos os itens relacionados a AET, mas normalmente deverá “responder” aos questionamentos ergonômicos levantados acerca daquele posto. Demanda já existente neste regional, despacho [0448610](#), Processo SEI [0001154-30.2019.6.22.8000](#).

3.6- A contratação desses serviços requer a revisão sistemática periódica aplicável a cada um deles, tanto para adequação das estruturas, bens e serviços às melhores condições ambientais possíveis, quanto para a correta instrução dos processos administrativos que envolvem requerimentos de servidores para aposentadorias especiais ou adicionais remuneratórios por insalubridade ou periculosidade.

3.7- Os seguintes atos normativos versam sobre a necessidade desses laudos e justificam a contratação dos serviços, os quais não poderão ser executados integralmente pela equipe deste regional em razão de não possuímos médico do trabalho ou engenheiro de segurança em nosso quadro funcional.

1. Orientação Normativa n. 16/2013 - MPOG;
2. Lei 8.112/90;
3. Súmula vinculante n. 33/2014 - STF;
4. Lei n. 8.270/1991;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Lei 8.213/1991
6. Legislação das normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho;
7. Decreto n. 97.458, de 11 de janeiro de 1989;
8. Orientação Normativa n. 2/2017 - MPOG;
9. Lei n. 1.234, de 14 de novembro de 1950;
10. Decreto n. 877, de 20 de julho de 1993;
11. Decreto 6.856/09,
12. Resolução CNJ Nº 207 de 15/10/2015
13. Resolução no 338, de 7 de outubro de 2020 entre outras.

3.8- Neste regional, por simetria, e considerando a inexistência de normas específicas para o Poder Judiciário, tem-se que as demandas por reconhecimento de aposentadorias especiais, pelos adicionais citados, acompanhamento da saúde do servidor através do PCMSO e exames periódicos (art 206-A, 8.112/90 e [Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009](#)) que justificam a contratação e a manutenção da continuidade desses serviços.

3.9- Pela Contratação Nº **23/2018** (Procedimento SEI [0000972-78.2018.6.22.8000](#)) este Tribunal Eleitoral de Rondônia realizou PPRA, LTCAT, PCMSO (e relatório), exames periódicos, PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) em todas as unidades localizadas na capital e no interior do estado. Frise-se que o LTCAT e o LTIP ([0235933](#)), elaborados no ano de 2017, somente devem ser renovados sempre que houver mudança em estrutura física ou funcional nas unidades de trabalho, enquanto os documentos PGRO (substituto do PPRA), o PCMSO (e relatório) e os exames periódicos, são exigidos anualmente.

3.10 – Enfatizamos ainda a retomada do desenvolvimento do projeto de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais – eSocial no âmbito do TSE, bem como, seu status de implementação que prevê a obrigatoriedade de prestarmos as informações a respeito da Saúde ocupacional dos servidores a partir de 11 de julho de 2022, o que demandará a este Tribunal a o envio dos dados dos laudos e programas previstos neste TR.

4 – JUSTIFICATIVA DA REUNIÃO DOS ITENS EM LOTE

4.1- A reunião dos itens em um único lote afigura-se como a forma mais viável já que os serviços contratados são interdependentes, haja vista que a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos ocupacionais (PGRO) é elemento necessário para a elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) individualizado. Além de que os exames periódicos fazem parte do PCMSO e precisam constar nos relatórios anuais.

4.2- O contratado não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato resultante deste Termo de Referência, sem prévia anuência do CONTRATANTE.

5 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1- Com relação ao planejamento estratégico e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

5.2- Por fim, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro de todos os objetivos estratégicos constantes no planejamento estratégico deste Tribunal, uma vez que os serviços objetos da contratação ora pleiteada, além do atendimento à legislação específica, são a demonstração clara da importância dada pelo Tribunal com o cuidado e a valorização de todos que aqui laboram. Tal preocupação foi ratificada no PLANO ESTRATÉGICO 2021/2026 deste Tribunal quando definiu como um de seus objetivos estratégicos o Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, que abrange atenção à saúde e à qualidade de vida no trabalho. Conforme https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico/arquivos/copy5_of_mapa-estrategico-2015-2020-1620754149187/rybena_pdf?file=https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico/arquivos/copy5_of_mapa-estrategico-2015-2020-1620754149187/at_download/file

6 – DEFINIÇÕES, OBJETIVOS E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

6.1 - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS (PGRO)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Programa de Gerenciamento de Risco ocupacionais (**PGRO**) é um programa adotado pelas organizações com o intuito de gerenciar os riscos existentes no local de suas atividades.

6.1.1- Abrangência

6.1.1.1- Os serviços do escopo do PGRO devem abranger todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

6.1.2- Equipe de Trabalho

6.1.2.1- Deve ser elaborado exclusivamente por Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho..

6.1.2.2- Todas as visitas deverão ser comprovadas por meio da Certidão de Vistoria (Anexo I [0767455](#))

6.1.2.3- A CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE o cronograma de vistorias que será aprovado pelo gestor do contrato para dar início as visitas e avaliações locais. Podendo ser montado várias frentes de vistoria. Após aprovado este cronograma, alterações no mesmo deverão ser submetidas à aprovação da Fiscalização.

6.1.2.4- A CONTRATANTE informará a CONTRATADA por meio de comunicação eletrônica (e-mail) antes do levantamento de campo as informações atualizadas dos gestores responsáveis pelas unidades administrativas a serem avaliadas e dos servidores designados que acompanharão os serviços de campo.

6.1.3- Inventário dos riscos

6.1.3.1- A CONTRATADA deve realizar o inventário dos riscos ocupacionais, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- b) caracterização das atividades;
- c) descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17;

e) avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação; e

f) critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.

6.1.3.2- O levantamento dos riscos deve ser realizado em campo, juntamente com as avaliações ambientais, a fim de identificar de forma qualitativa os riscos existentes em cada unidade da CONTRATADA, com o acompanhamento do gestor da unidade ou de um outro representante designado pela CONTRATANTE.

6.1.3.3- O instrumento a ser utilizado para identificação de perigos e avaliação de riscos é o Levantamento de Aspectos, Impactos, Perigos e Danos – LAIPD.

6.1.3.4- O LAIPD deve conter a descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos.

6.1.3.5- Posteriormente, a CONTRATADA deve classificar os riscos pela combinação entre severidade e probabilidade de cada risco.

6.1.4- Realização das avaliações dos riscos ambientais

6.1.4.1- Juntamente com o inventário dos riscos, a CONTRATADA deve proceder com as avaliações ambientais, as quais deverão ser realizadas em campo de acordo com a NR-9 e com a NHO correspondente ao agente de risco.

6.1.4.2- O número de amostragens para as avaliações ambientais quantitativas e a seleção dos empregados devem ser representativos quanto aos riscos que o GHE (Grupo Homogêneo de Exposição) está exposto.

6.1.4.3- A CONTRATADA deve elaborar relatórios de campo para cada avaliação ambiental realizada contendo os seguintes itens:

a) nomes dos amostrados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) caracterização das condições ambientais;
- c) jornada de trabalho (início e fim da amostragem);
- d) nome do técnico da CONTRATADA;
- e) nome do representante da CONTRATANTE;
- f) agentes amostrados,
- g) metodologia aplicada;
- h) instrumentação utilizada na avaliação, indicando marca, modelo e nº de série e certificados de calibração.

6.1.4.4- A CONTRATADA deve dispor de todos os instrumentos necessários para realizar as avaliações ambientais, devidamente calibrados quando da medição de campo, juntamente com os certificados de calibração rastreáveis e com data de validade.

6.1.4.5- Uma lista contendo todos os instrumentos que serão utilizados deve ser enviada à CONTRATANTE para aprovação prévia.

6.1.4.6- Na lista deve conter o nome do equipamento, marca, modelo, número de série e certificado de calibração.

6.1.4.7- Na ocorrência de substituição de algum dos instrumentos, uma nova lista deverá ser apresentada para aprovação prévia.

6.1.4.8- Em hipótese alguma serão admitidas adaptações de equipamentos não apropriados.

6.1.4.9- As avaliações devem ser realizadas com base nas metodologias nacionais ou internacionais vigentes e aceitas pelos órgãos fiscalizadores para os agentes de risco a serem analisados.

6.1.5- Elaboração do Plano de Ação

6.1.5.1- O plano de ação vislumbra a melhoria contínua das questões de segurança e saúde na unidade.

6.1.5.2- O plano de ação deve ser elaborado pela CONTRATADA juntamente com o gestor da unidade avaliada e o gestor da Unidade de Saúde



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ocupacional e Segurança do Trabalho, indicando as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas.

6.1.5.3- Deve contemplar um cronograma, formas de acompanhamento e aferição de resultados e responsáveis.

6.1.5.4- Concluída a avaliação ambiental, detectando-se situação de medição acima do nível de ação (NA) do agente avaliado, a CONTRATADA deve discutir com a Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, antes da finalização do PGRO, no intuito de subsidiar possíveis medidas de controle.

6.1.5.5- Nos casos de medições com resultados duvidosos gerados pela CONTRATADA, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA a realização de uma nova avaliação ambiental sem custos adicionais para a CONTRATANTE.

6.1.5.6- O PGRO deve ser composto, no mínimo, pelos seguintes itens:

- a. Identificação da unidade;
- b. Identificação da equipe de elaboração e responsável técnico;
- c. Objetivo;
- d. Referências bibliográficas;
- e. Metodologias aplicadas e descrição dos equipamentos utilizados;
- f. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- g. Caracterização das atividades por função;
- h. Inventário de riscos levantados, qualitativamente e quantitativamente;
- i. Tabelas de resultados das avaliações de riscos quantitativas;
- j. Análise crítica dos resultados obtidos;
- k. Descrição de medidas de prevenção existentes;
- l. Plano de Ação de Gerenciamento dos Riscos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- m. Anexo com os certificados de calibração dos equipamentos utilizados;
- n. Anexo com os laudos laboratoriais adotados para a caracterização dos riscos e histograma minuto a minuto das audiodosimetrias;
- o. Anexo com os relatórios de campo;
- p. Anexo com a ART original devidamente assinada pelas partes.

6.2- PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO)

O PCMSO corresponde a uma série de ações preventivas e que promovem a saúde de todos os trabalhadores, é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas do TRE/RO no campo da saúde dos servidores. A NR7 estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores.

6.2.1- OBJETIVOS

6.2.1.1- O PCMSO tem como finalidade promover, com base nos riscos identificados no PGRO, a monitoração e preservação da Saúde Ocupacional através da realização dos exames admissionais, periódicos, demissionais, mudança de função, retorno ao trabalho.

6.2.1.2- O PCMSO deverá considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico – epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho.

6.2.1.3- O PCMSO deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.

6.2.2- ELABORAÇÃO DO PCMSO

6.2.2.1- O PCMSO deverá ser elaborado levando-se em consideração:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) os dados obtidos no PGRO,
- b) dados estatísticos de afastamentos médicos no ano anterior a sua elaboração,
- c) as 05 alterações mais recorrentes nos exames periódicos realizados no ano anterior,
- d) Todas as determinações da NR7 que forem aplicáveis aos servidores do TRE-RO.
- e) As exigências da RESOLUÇÃO CNJ – 207 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015;
- f) As exigências do **DECRETO Nº 6.856, DE 25 DE MAIO DE 2009.**

6.2.2.2- Os dados estatísticos de afastamentos médicos no ano anterior a sua elaboração e as 05 alterações mais recorrentes nos exames periódicos realizados no ano anterior serão fornecidos pela equipe gestora do contrato.

6.2.2.3- O PCMSO deve ser elaborado exclusivamente por Engenheiro de Segurança do Trabalho e/ou Médico do Trabalho, e designar, expressamente, o Médico do Trabalho responsável pela coordenação do programa ao longo de sua vigência.

6.2.3- ESTRUTURA DO PCMSO

6.2.3.1- O PCMSO deve conter as ações no campo da saúde, planejadas para o período de 12 meses e uma organização de forma a facilitar o seu entendimento. Para tanto, devem constar:

1. PERFIL DO ÓRGÃO - contendo identificação da empresa ou instituição: Razão social, endereço, CNPJ, ramo de atividade e grau de risco conforme quando I da NR 4,
2. QUADRO DE QUANTATIVO DE HOMENS E MULHERES - com número de trabalhadores com distribuição por sexo,
3. HORÁRIO DE TRABALHO - contendo horários de trabalho e turnos.
4. QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PCMSO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. INTRODUÇÃO – contendo a fundamentação legal para a elaboração do documento.
6. OBJETIVOS
7. RESPONSABILIDADES – contendo a relação de agentes responsáveis pela elaboração e execução do PCMSO, bem como suas respectivas funções e atribuições.
8. CONSIDERAÇÕES GERAIS – contendo os tópicos do programa
9. CONCEITOS BASICOS – explanação sobre cada tópico do programa.
10. ABRANGÊNCIA (tópico 1)
11. PERIODICIDADE DA REALIZAÇÃO DOS EXAMES COMPLEMENTARES (tópico 2);
12. OUTRAS AÇÕES RELACIONADAS A SAÚDE OCUPACIONAL (tópico 3)
13. CARGO/FUNÇÃO E PLANILHA DE EXAMES A SEREM REALIZADOS – tomando-se como referência o [DECRETO Nº 6.856, DE 25 DE MAIO DE 2009](#);
14. PRONTUÁRIO MÉDICO
15. PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES BASEADAS NA RESOLUÇÃO CNJ – 207 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 – contendo ações de saúde com base nas cinco (05) patologias que mais geraram afastamentos médicos e as cinco (05) patologias mais encontradas nos exames periódicos, tomando-se como base os dados do exercício anterior ao da elaboração do PCMSO.
16. VACINAÇÃO - contendo o calendário de vacinação.
17. PALESTRAS EDUCATIVAS E DE INTERESSE GERAL – as temáticas propostas devem considerar os dados do PGRO bem como os dados referenciados no tópico “o”.
18. PRIMEIROS SOCORROS
19. CONSIDERAÇÕES FINAIS – contendo a definição de data para apresentação do Relatório Anual do PCMSO.
20. TERMO DE COMPROMISSO
21. PLANILHA DE PLANEJAMENTO E COMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO PCMSO - onde deverá conter a data para apresentação do Relatório anual do PCMSO.
22. ANEXOS

6.2.3.2- Identificação dos riscos ligados ao trabalho por função/setor e/ou grupo homogêneo de risco.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.2.3.3- O documento base do PCMSO deve ser atualizado a cada período de 12 meses a partir da implantação do programa, ainda que na ausência de alterações nos processos, ambientes e riscos ocupacionais.

6.3- EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS

A Lei 8.112/90, art 206-A dispõe que ‘o servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento’ e o Decreto 6.856/09, dentre outras providências, descreve quais exames deverão ser realizados.

6.3.1- OBJETIVOS

6.3.1.1- A realização de exames médicos ocupacionais tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

6.3.2- DA EXECUÇÃO DOS EXAMES OCUPACIONAL

6.3.2.1- Os exames Ocupacionais incluem exames admissionais, demissionais, de mudança de função e periódicos.

6.3.2.1.1 - Os exames admissionais, demissionais ou de mudança de função serão realizados conforme demanda.

6.3.2.1.2 - Os exames periódicos ocupacionais (EPO's) serão realizados anualmente sendo que os intervalos de tempo variam de acordo com a faixa etária, estado de saúde, local de trabalho e atividades que desempenha, conforme demonstrado abaixo:

a) bianual – para os servidores com idade entre dezoito e quarenta e cinco anos.

b) anual – para servidores com idade acima de quarenta e cinco anos: e

6.3.2.3- A contratada deverá entregar mensalmente relatório contendo a relação dos servidores que realizaram os exames periódicos, com a devida descrição dos achados clínicos juntamente com os Atestados de Saúde Ocupacional e os resultados dos exames realizados por servidor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.3.2.4- No encerramento dos exames de dezembro, a contratada deverá apresentar, além do relatório mensal, relatório contendo as seguintes informações:

- a) Relação de servidores que apresentam doenças crônicas, bem como as respectivas patologias.
- b) Relação das 05 (cinco) patologias com maior incidência, detectadas nos exames periódicos.

6.3.2.5- Os EPO's, dos **servidores do interior** deverão ser realizados de acordo com cronograma apresentado pela contratada e devidamente aprovado pelo gestor do contrato, e deverá ser realizado obrigatoriamente em três etapas, na seguinte ordem:

- a) Coleta de material para exames laboratoriais;
- b) Realização dos exames de imagem e oftalmológico para os servidores com mais de 45 anos;
- c) Consulta médica, obrigatoriamente realizada por médico do trabalho, para verificações das condições clínicas do servidor, bem como preenchimento do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), que deve ser realizada no local de trabalho do servidor. (responsabilidade da contratada - disponibilizar local adequado que preserve a privacidade dos servidores para realização da coleta de material para exames laboratoriais e consulta clínica, podendo ser utilizadas as instalações nos cartórios no interior caso necessário.)

6.3.2.6- O EPO somente será considerado concluído após o preenchimento do ASO.

6.3.2.7- Os exames obrigatórios são:

I – Exames laboratoriais independente de idade:

- a) hemograma completo;
- b) glicemia;
- c) urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia - EAS);
- d) creatinina;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e) colesterol total e triglicérides;
- f) AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO);
- g) ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e
- h) citologia oncótica (Papanicolau), para mulheres;

III – Exames para servidores com mais de quarenta e cinco anos de idade:

- 1. oftalmológico; e

IV - servidores com mais de cinquenta anos:

- a) pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico);
- b) mamografia, para mulheres; e
- c) PSA, para homens.

6.3.2.8 A empresa será responsável pelos agendamentos dos EPO's de acordo com o disposto nos itens **6.3.2.1 à 6.3.2.7**.

6.3.2.9 - Em relação aos exames laboratoriais, deverão ser realizados por laboratório creditado e com certificação ISO.

6.3.2.10 - Em relação aos exames radiológicos, os laudos deverão ser assinados por radiologista com comprovação da especialização ou residência médica na área.

6.3.2.11 - Em relação aos exames oftalmológicos, os laudos deverão ser assinados por médico com comprovação da especialização ou residência médica na área.

6.3.2.12 – Caso o servidor se recuse a realizar o EPO, deverá apresentar justificativa por escrito para registro da recusa em prontuário.

6.4- LAUDO ERGONÔMICO INDIVIDUALIZADO PARA FINS DE PERÍCIA MÉDICA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I- O laudo ergonômico individualizado, se prestará a atender as demandas periciais oriundas da Junta Médica Oficial do TRT 14 (JMO) ou pela médica do TRE, nas situações em que houver essa demanda específica nas avaliações periciais realizadas, para readequações ou readaptações funcionais à magistrados e servidores com restrições laborais por suas queixas sugestivas de LER/DORT ou outras situações de natureza osteomuscular que possam estar relacionadas ao posto de trabalho ou ao próprio processo de trabalho.

II- Por exemplo: pode ser solicitado pela Junta Médica Oficial ou por médico do Tribunal em um processo administrativo que necessite desta avaliação para tomada de decisões relativas ao periciado seja ele magistrado ou servidor. Normalmente deverá “responder” aos questionamentos ergonômicos levantados acerca daquele posto.

6.4.1- OBJETIVOS

6.4.1.1- Laudo Ergonômico é um documento emitido como resposta a uma ou mais questões ergonômicas relativas a uma condição específica de trabalho em um determinado posto. Por exemplo: pode ser solicitado pela Junta Médica Oficial ou por médico do Tribunal em um processo administrativo que necessite desta avaliação para tomada de decisões relativas ao periciado seja ele magistrado ou servidor.

6.4.2- ELABORAÇÃO DO LAUDO ERGONÔMICO INDIVIDUALIZADO PARA FINS DE PERÍCIA MÉDICA.

6.4.2.1- O Laudo Ergonômico Individualizado em Processos Administrativos e de Junta Médica, tem caráter, contínuo durante a vigência do contrato, conforme demanda. As estimativas são de 3 laudos por semestre, perfazendo 6 laudos/ano.

6.4.2.2- A CONTRATANTE comunicará a necessidade da formulação do referido laudo por meio de comunicação oficial no processo de registro de ocorrências.

6.4.2.3- A contratada terá 5 (cinco) dias para apresentar a documentação do profissional responsável pelo Laudo Ergonômico Individualizado, que deverá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser Engenheiro de segurança do Trabalho, Médico do Trabalho ou Fisioterapeuta com especialização em ergonomia.

6.4.2.4- Após a Aprovação do profissional indicado, a empresa terá o prazo de 30 dias para entrega do Laudo Ergonômico Individualizado

6.4.3- ESTRUTURA DO LAUDO ERGONÔMICO INDIVIDUALIZADO PARA FINS DE PERÍCIA MÉDICA.

6.4.3.1- Deverá “responder” aos questionamentos ergonômicos levantados acerca daquele posto pela Junta Médica Oficial ou por médico do Tribunal em um processo administrativo.

7- DA CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL:

Serão exigidos critérios de sustentabilidade **social e ambiental**.

O Princípio do Desenvolvimento Sustentável foi recentemente albergado no **art. 3º da Lei n. 8.666/93**, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

Por sua vez o **Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020** estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável –PLS, cuja gestão está prevista no **Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021**.

Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da **Portaria TRE-RO n.131/2020**. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

Todavia, o **Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

citando entre eles alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Nesse sentido, como requisitos sociais e ambientais, a empresa prestadora dos serviços deverá:

- a) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- b) Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;

A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

8 - DA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES:

8.1 Para comprovação da qualificação técnica as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos no certame:

I – Pelo menos um (1) atestado/declarações de capacidade técnica em nome da licitante, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, representado pela prestação de serviços de Engenharia de Segurança do Trabalho e Medicina do Trabalho;

- a) Os atestados/declarações poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório;
- b) A licitante poderá apresentar os atestados/declarações provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica;

c) Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica da empresa.

d) Os atestados de capacidade técnica terão como parâmetro mínimo de compatibilidade 50% dos seguintes itens do lote: item 1 PGRO; item 2 PCMSO; e item 4 Exames periódicos.

II - Certificado de Registro da licitante válido, expedido pelo Conselho Regional de Medicina, conforme previsto na Lei n. 6.839/80; art. 2º da Resolução n. 997/80 e art. 1º da Resolução n. 1.980/2011, ambas do Conselho Federal de Medicina (Art. 28, V, c/c 30, I, ambos da Lei n. 8.666/93);

III – Certidão do registro do **responsável técnico da empresa** no Conselho Regional de Medicina (CRM), Conselho Regional de Engenharia (CREA) ou Arquitetura (CRAU), de acordo com a formação do profissional Médico do Trabalho ou Engenheiro de Segurança do Trabalho ou mesmo Arquiteto com essa qualificação comprovada para os serviços que pretenda prestar;

a) Caso o profissional indicado para executar os trabalhos não seja o responsável técnico da empresa licitante, apresentar o registro dos profissionais técnicos indicado no CRM, CREA ou CRAU, conforme sua situação profissional.

b) A indicação deverá ser acompanhada pela declaração de aceitação do encargo pelo indicado, conforme modelo contido no ANEXO IV.

c) A comprovação do vínculo dos profissionais indicados dar-se-á pela apresentação, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a data da contratação, de:

c1) Cópia autenticada da Carteira Profissional de Trabalho (CTPS) assinada pela licitante ou da Ficha de Registro de Empregados (FRE), devidamente autenticada pela Delegacia Regional do Trabalho, que demonstrem o vínculo empregatício do(s) profissional(ais) indicado(s);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c2) Será admitida, ainda, a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado. Nos casos em que o contrato possua prazo indeterminado e tenha sido assinado há mais de 180 dias, na data da comprovação, deverá ser entregue também declaração do profissional com assinatura reconhecida em cartório atestando que o vínculo permanece vigente;

c3) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante a comprovação será feita por meio do seu ato constitutivo e Certidão do Conselho Profissional competente, devidamente atualizada;

c4) O(s) profissional(is) indicado(s) será(ão) o(s) responsável(is) técnicos pela prestação dos serviços objeto desta licitação, compondo a respectiva equipe técnica;

c5) A substituição dos profissionais indicados apenas será admitida, em qualquer tempo - por motivos relevantes comprovados e justificados pelo licitante e aceitos pela Administração - por outros que detenham as mesmas qualificações exigidas na licitação;

c6) A não comprovação pelo licitante vencedor, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a data da contratação, de que possui em seu quadro de pessoal profissionais que atendam plenamente aos requisitos de habilitação exigidos neste termo de referência poderá ensejar a aplicação das sanções legais previstas neste TR.

9- DA ESPECIFICAÇÃO E EXECUÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS:

I- Os profissionais selecionados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, deverão atender todas as exigências elencadas nesse TR, avaliando todas as unidades relacionadas a seguir, para fins de elaboração do PGRO, PCMSO (e relatório), Exames Periódicos, e Laudo Ergonômico Individualizado (em caso de demanda).

II- A estimativa de utilização dos serviços pelo período de 18 meses é a seguinte:

9.1. Unidades da capital e do interior/RO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO
1	1ª Zona Eleitoral – Guajará Mirim	Av. Candido Rondon, nº 784 - Tamandaré.
2	2º, 6º, 20º, 21º Zonas Eleitorais – Porto Velho	Av. Presidente Dutra, nº 1889 – Baixa União.
3	3ª e 30ª Zonas Eleitorais - Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, nº 1218 - Centro.
4	Posto de atendimento Eleitoral –Presidente Médice	Av. Macapá, 1763, Ernandes Gonçalves.
5	4ª Zona Eleitoral – Vilhena	Rua 545, nº 495 - Jardim América.
6	5ª Zona Eleitoral – Costa Marques	Av. Chianca, nº 1159 - Centro.
7	7ª, 25ª e 26ª Zonas Eleitorais – Ariquemes	Rua Aquariquara, nº 3631-Setor Industrial.
8	8ª Zona Eleitoral – Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, nº 4056 - Centro.
9	9ª Zona Eleitoral – Pimenta Bueno	Av. Castelo Branco, nº 970 - Dos Pioneiros.
10	10ª e 27ª Zonas Eleitorais – Jaru	Rua Princesa Isabel, nº 1028 - Setor 2.
11	11ª Zona Eleitoral – Cacoal	Rua Monteiro Lobato, nº 1583 - Centro.
12	12ª Zona Eleitoral – Espigão do Oeste	Rua Rio Grande do Sul, nº 2664 - Centro.
13	13ª e 28ª Zonas Eleitorais – Ouro Preto do Oeste	Rua Café Filho, nº 83 - Da União.
14	15ª e 29ª Zonas Eleitorais – Rolim de Moura	Av. São Luiz, nº 4557 – Centro.
15	Posto de atendimento Eleitoral – Nova Brasilândia do Oeste	Av. Treze de Maio, 612-688.
16	16ª Zona Eleitoral – Cerejeiras	Av. das Nações, nº 1847 - Centro.
17	17ª Zona Eleitoral – Alta Floresta do Oeste	Av. Brasil, nº 3068 - Princesa Isabel.
18	18ª Zona Eleitoral – Alvorada do Oeste	Rua Monteiro Lobato, nº 4283, Centro.
19	19ª Zona Eleitoral – Santa Luzia do Oeste	Rua D. Pedro I, nº 2349 - Centro.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	LOCALIDADE/UNIDADE	ENDEREÇO
20	32ª Zona Eleitoral – Machadinho do Oeste	Av. Rio de Janeiro, nº 3134 - Centro.
21	34ª Zona Eleitoral – Buritis	Avenida Porto Velho, nº 1454 - Centro.
22	35ª Zona Eleitoral – São Miguel do Guaporé	Avenida Cacoal, nº 965 - Cristo Rei.
23	Sede TRE –RO – Porto Velho	Av. Presidente Dutra, nº 1889 – Baixa União.
24	Centro de Memória – Porto Velho	Av. Presidente Dutra, nº 1889 – Baixa União
25	Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” – Porto Velho	Av. 7 de Setembro, nº 830 – Centro.

Deverão ser desenvolvidos os trabalhos em **25** locais diferentes.

9.2 Do público alvo:

9.2.1- De acordo com dados obtidos perante a SGP/TRE-RO público alvo consiste em 284 servidores divididos em:

- a) Servidores Quadro: 183;
- b) Requisitados ou cedidos: 91;
- c) Removidos de outros estados ou órgãos: 3;
- d) Estagiários - 00

Podendo haver alterações em razão de movimentações dos servidores (posse, exoneração e redistribuição), bem como admissão de estagiários.

9.2.2- Estimativa de servidores por imóvel:

Imóvel - Secretaria do TRE/RO	
Porto Velho	Quantidade
Servidores Efetivos	113
Servidores Removidos para este TRE	4
Servidores Requisitados/Cedidos	17
Imóvel - Zonas Eleitorais	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1ª ZE - Guajará Mirim	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	4
2ª ZE - Porto Velho	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	6
3ª ZE - Ji-Paraná	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	5
4ª ZE – Vilhena	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	4
5ª ZE - Costa Marques	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	1
6ª ZE - Porto Velho	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	4
7ª ZE - Ariquemes	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	7
8ª ZE - Colorado do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	3
9ª ZE - Pimenta Bueno	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	3
10ª ZE – Jaru	Quantidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
11ª ZE – Cacoal	Quantidade
Servidores Efetivos	3
Servidores Requisitados	6
12ª ZE - Espigão do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
13ª ZE - Ouro Preto do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
15ª ZE - Rolim de Moura	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	3
16ª ZE - Cerejeiras	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
17ª ZE - Alta Floresta do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	4
18ª ZE - Alvorada do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	2
19ª ZE - Santa Luzia do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	1
20ª ZE - Porto Velho	Quantidade
Servidores Efetivos	2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Servidores Requisitados	7
21ª ZE - Porto Velho	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	6
25ª ZE - Ariquemes	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	3
26ª ZE - Ariquemes	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	2
27ª ZE – Jaru	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	2
28ª ZE - Ouro Preto do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	0
29ª ZE - Rolim de Moura	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	1
30ª ZE - Ji-Paraná	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	4
32ª ZE - Machadinho do Oeste	Quantidade
Servidores Efetivos	1
Servidores Requisitados	2
34ª ZE – Buritis	Quantidade
Servidores Efetivos	3
Servidores Requisitados	3

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

35ª ZE - São Miguel do Guaporé	Quantidade
Servidores Efetivos	2
Servidores Requisitados	0

9.2.3- No entanto, havendo ingresso de novos servidores ou estagiários durante a vigência contratual, poderá o TRE/RO prover acréscimo nos valores contratados (até o limite de 25% - vinte e cinco por cento), contemplando avaliações destes servidores. Em situação oposta, caso haja redução do número de servidores, somente os trabalhos efetivamente realizados serão pagos.

9.3. Especificações dos serviços:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO
7.3.1	25	Elaboração do PGRO de todos os fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas no item 9.1), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do Centro de Memória.
7.3.2	25	Elaboração do PCMSO de todos os fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas no item 9.1), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do Centro de Memória.
7.3.3	01	Realização de serviço de exames médicos ocupacionais de todos os servidores dos fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas no item 9.1), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do Centro de Memória. A lista de exames a serem realizados e a quantidade estimada encontram-se no anexo III deste Termo de Referência.
7.3.4	25	Relatório Anual de todos os fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas no item 9.1), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do Centro de Memória.
7.3.5	9	Realizar Laudo Ergonômico Individualizado em Processos Administrativos e de Junta Médica sobre as condições específicas de trabalho de determinado posto localizado em qualquer dos fóruns eleitorais do interior do estado e da capital (discriminadas no item 9.1), da sede do TRE-RO, da Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” e do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Centro de Memória.
--	--------------------

10-DA CONTRATAÇÃO

A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura do contrato de acordo com a minuta do edital adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93. O contrato regulará a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

10.1 DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato no referido sistema, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. O prazo de convocação poderá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a **adjudicatária**, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

10.2- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.2.1- Cabe ao CONTRATANTE, além do previsto e exigido pela Lei nº 8.666/93 e normas regulamentares pertinentes:

10.2.2- Fornecer lista completa e atualizada contendo os nomes de todos os servidores, com suas respectivas lotações, bem como o(s) cargo(s) ocupado(s), com as respectivas atribuições, a serem enviados no prazo máximo de 5 dias após a assinatura do contrato;

10.2.3 - Fornecer o modelo de PGRO (como nunca foi realizado PGRO será fornecido cópia do último PPRA) e PCMSO produzido em contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

anteriores, a serem enviados no prazo máximo de 5 dias após a assinatura do contrato;

10.2.4- Suspender a contagem de prazo de entrega do programa, nos casos em que houver falha ou atraso no envio dos documentos supracitados;

10.2.5- Franquear a entrada de profissionais da CONTRATADA nas dependências do Tribunal, desde que devidamente identificados e no horário de funcionamento, nas unidades da capital e interior do estado de Rondônia, para realizar as medições e avaliações necessárias à execução dos serviços;

10.2.6- Atestar a execução dos serviços;

10.2.7- Avaliar o desempenho técnico dos trabalhos, sob seu único e exclusivo critério, no tocante ao atendimento satisfatório das especificações deste fornecimento.

10.2.8- Validar ou reprovar os relatórios referentes aos resultados de cada etapa, e notificar a CONTRATADA descrevendo quais itens não foram atendidos.

10.2.9- Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;

10.2.10- Promover o pagamento pela prestação do serviço conforme a execução, na dependência da apresentação da Nota Fiscal de Serviços e certidões de regularidade fiscal, nos moldes exigidos neste Termo de Referência.

10.3- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Cabe à CONTRATADA, além do previsto e exigido pela Lei nº 8.666/93 e normas regulamentares pertinentes:

I. Itens Gerais

10.3.1- Dispor dos profissionais habilitados necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.3.1.1 Comunicar, por escrito, aos gestores do contrato, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da assinatura do contrato, o nome do Engenheiro de Segurança do Trabalho que realizará o PGRO e do médico coordenador responsável pela execução do PCMSO, bem como a devida comprovação de sua qualificação técnica.

10.3.1.2- Apresentar, no prazo de 15 dias, após a assinatura do contrato a comprovação de qualificação:

a) Do radiologista responsável pelos laudos radiológicos conforme item **6.3.2.10**, **e sempre que for necessário a substituição do profissional.**

b) Do oftalmológicos, responsável pelos laudos oftalmológicos conforme item **6.3.2.11**, **e sempre que for necessário a substituição do profissional.**

c) Do laboratório que realizará a coleta e análise dos exames laboratoriais conforme disposto no item **6.3.2.9**.

10.3.1.3- Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, sobretudo no que se refere às condições médicas;

10.3.1.4- Emitir fatura correspondente aos serviços prestados;

10.3.1.5 durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

10.3.1.6- Indicar ao CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da assinatura do contrato, o nome de seu preposto ou empregado de competência, com um substituto na sua ausência, para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las aos fiscais do presente objeto;

10.3.1.7- Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;

10.3.1.8- Instruir sua equipe sobre as normas do CONTRATANTE.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.3.1.9- Responsabilizar-se civil e penalmente por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do contrato, além de assumir os seguintes encargos e as obrigações elencadas no Termo de Referência.

10.3.1.10- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como: pagamento de salários, encargos previdenciários, seguro contra acidentes, indenizações, transporte, alimentação (vale-alimentação), uniformes, recolhimento de taxas, impostos, contribuições e outros que porventura venham a ser criados e exigidos pelo Governo;

10.3.1.11- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os eventuais acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

10.3.1.12- Não transferir sua responsabilidade para outras entidades, subcontratadas, representantes ou quaisquer outros.

10.3.1.13- Cumprir e fazer com que o seu pessoal cumpra as obrigações e procedimentos contidos neste Termo de Referência.

10.3.1.14- Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos, por motivos estranhos à sua vontade, tais como: força maior comprovada, impossibilidade notória em face de instruções determinantes dos Órgãos Públicos, judiciais ou de classe, bem como caso fortuito.

10.3.2- Para a elaboração do PGRO;

10.3.2.1 - Atender todos as características descritas no item 6.1.

10.3.2.2 - Apresentar as Certidões de Vistoria em até 5 dias úteis após cada visita in loco.

10.3.2.3- Fazer a inspeção e as medições indicadas, em cada unidade do Tribunal, obedecendo, no mínimo, as Normas Técnicas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria n. 3214/78), principalmente a NRs – 9, 10, 15, 16, 17 e 32, Decreto nº 93.412/86 Eletricidade, Normas de Higiene Ocupacional (NHO) da Fundacentro, Constituição Federal de 1988, Orientação Normativa SEGEPI Nº 6/2013, e Normas da ANVISA, bem como



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

todas as legislações referentes aos objetos desse TR no momento da confecção dos laudos. As inspeções deverão ser acompanhadas por servidor do TRE/RO, cujo nome deverá constar em relatórios/laudos/planilhas.

10.3.2.4- Incluir o certificado de calibração dos aparelhos utilizados para medições, efetuadas em atendimento ao item anterior, em todos os documentos que façam menção a tais resultados.

10.3.3 - Para elaboração de PCMSO.

10.3.3.1 - Utilizar todos os dados relevantes contidos no PGRO.

10.3.3.2 - Atender todos os itens já presentes nos últimos PCMSO's elaborados para este Tribunal. Podendo sugerir melhorias e acréscimos para aperfeiçoamento da documentação.

10.3.3.3 - Apresentar relatório anual das ações prevista no PCMSO.

10.3.3.4 - Proceder os ajustes demandados pelo fiscal do contrato no prazo máximo de 5 dia úteis.

10.3.4— Para a execução dos Exames Periódicos:

10.3.4.1 – Proceder o agendamento dos exames laboratoriais, imagem e consulta clínica, por telefone, preferencialmente dentro do mês de aniversário do servidor,

10.3.4.2 - Confirmar o agendamento via e-mail com cópia ao fiscal do contrato.

10.3.4.3 – Apresentar relatório mensal contendo:

a) Quantidade de agendamentos;

b) Quantidade de exames realizados (exames laboratoriais, de imagem e clínico) devendo constar o nome dos servidores que os realizaram, bem como os achados clínicos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Quantidade de ausências (servidores com agendamento confirmado que não compareceram na data marcada)

d) Quantidade de recusas (servidores que se recusaram a fazer os exames)

10.3.4.5 – Atender os servidores de forma cordial e humanizada.

10.3.4.6 – Apresentar relatório anual, conforme item 6.3.2.4.

10.3.5 - Para a execução do Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia médica, cumprir o disposto no item 6.4.

11- DOS PERÍODOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1- Deverá a CONTRATADA entregar, em um prazo de 10 (dez) dias corridos, cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas referentes ao PGRO, PCMSO e Exames Periódicos, a partir da data de assinatura do contrato.

11.2- A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias corridos para entregar os exames periódicos a partir da data de assinatura do contrato.

11.3 - A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias corridos para entregar o PGRO, a partir da data de assinatura do contrato;

11.4 - A CONTRATADA terá 30 (trinta) dias corridos para entregar o PCMSO, a partir da entrega do PGRO;

11.5 - A CONTRATADA terá 20 (vinte) dias corridos para entrega do Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia a partir da data de solicitação pela CONTRATANTE.

11.6- O Relatório Anual do PCMSO deverá ser entregue ao final de 12 meses da entrega do PCMSO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.7- Os prazos estipulados acima poderão ser prorrogados, uma única vez, por até 10 dias úteis, mediante pedido expresso justificado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

11.8 - Os relatórios e os laudos serão recebidos provisoriamente para análise do contratante, que terá prazo de trinta dias úteis para análise e recebimento definitivo ou determinação de ajustes.

11.9 - Caso haja necessidade de ajustes, a contratada terá o prazo de 5 dias úteis para apresentar o novo relatório devidamente corrigido.

11.10 – O PGRO, PCMSO deverão ser realizados anualmente, com novo ciclo de prazo, conforme itens 11.4 e 11.5, iniciando-se após 12 meses da entrega do último PGRO.

11.12 - Os exames periódicos serão realizados de forma contínua. Sendo que cada servidor deverá ter a oportunidade de realizá-los anualmente ou bianualmente, conforme item **6.3.2.1.2**,

12 - CERTAME LICITATÓRIO

12.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Tratando-se de serviços com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e não havendo aferição de outros fatores que possam influenciar no seu preço final, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, consoante as condições definidas neste TR.

Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.2 DA APLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME.

Considerando que o certame será do tipo menor preço global, a soma do valor dos itens estimados para a contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), portanto não será aplicada a exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

As ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

12.3 DO CRITÉRIO DE AJULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.3.1 Na elaboração da proposta a licitante deverá incluir todos os custos diretos e indiretos inerentes à execução dos serviços objeto deste TR, contemplando, se for o caso, mão de obra, materiais e todos os encargos fiscais, sociais e eventualmente trabalhistas decorrentes da prestação dos serviços.

12.3.2 No preenchimento da proposta, as empresas licitantes deverão detalhar os valores unitários dos serviços, **conforme o modelo padrão de propostas (ANEXO III)**.

12.3.3 As licitantes deverão apresentar o documento de proposta - na forma do **ANEXO III** - contendo todos os elementos ali relacionados, junto com a proposta, **exclusivamente**, por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e da documentação.

12.3.4 Os lances serão ofertados sempre em relação ao valor total da proposta com o respectivo ajuste/redução dos preços dos serviços que a compõem.

12.3.5 Sagar-se-á vencedora do certame a licitante que ofertar o **menor valor global para o lote único** para a execução dos serviços especificados neste termo de referência, compreendendo o somatório dos serviços e obedecido os valores individuais, conforme explicitado nos itens anteriores.

12.3.6 O valor estimado neste termo de referência constitui-se no preço máximo de aceitação das propostas ofertadas pelas licitantes, pois se trata de limite orçamentário ao qual este Tribunal está vinculado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13- DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO

13.1- A vigência do contrato será de 18 meses, a partir da sua assinatura pelas partes para conclusão dos serviços objeto deste termo, *que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses*. No entanto, as ações deverão ser executadas de acordo com o cronograma previsto no item 11 deste Termo de Referência, ficando somente o Relatório Anual do PCMSO com prazo de entrega ao final de 12 meses da entrega do PCMSO.

13.2- Havendo alteração de atividades, dentro do período contemplado, em qualquer das unidades já abrangidas pelos programas, deverá ser providenciada sua contemplação pelo programa atinente.

13.3- O início da contratação e da prestação dos serviços ocorrerá a partir da assinatura do contrato pela CONTRATADA, devendo ser firmado por assinatura no sistema eletrônico SEI.

13.4- Além disso, a contratação deverá enquadrar-se nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93 (artigos 6º, Inciso IX, 7º, § 2º, 9º, 65, § 1º), de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, do artigo 230 da Lei 8.112/1990 e Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

13.5- Há possibilidade de acréscimo ou supressão de 25% no valor estimado neste Termo de Referência, conforme o art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

14 – DO REAJUSTE

14.1 Caso ocorra a prorrogação do contrato, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, e será com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.

14.2 O marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento a que a proposta se referir.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15- DO VALOR E DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

15.1- DO VALOR

15.1.1- O valor estimado da contratação, a cada ciclo de 12 meses, de R\$ 234.954,50 (duzentos e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) conforme informação conclusiva [0890208](#).

15.2- DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

15.2.1- A execução dos serviços especificados no capítulo 2 do presente Termo de Referência será custeada pelo Orçamento Ordinário deste Tribunal, conforme demonstrado no quadro abaixo:

CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	ORDINÁRIO
AGREGADOR	Serviços Técnicos Profissionais
DESPESA AGREGADA	Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho
PLANO INTERNO	ADM APOIO
VALOR ESTIMADO	R\$ 234.954,50 (duzentos e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) Estimativa de execução financeira do contrato: para 2022 estimamos R\$196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais) referente à: PCMSO 75% PGRO EPO's 03 Laudos Ergonômicos Para 2023 estimamos a utilização de R\$38.954,50 (trinta e oito mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	centavos) referentes à: PCMSO 25% Relatório Anual PCMSO 06 Laudos Ergonômicos
--	---

16- DA GARANTIA

16.1 Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento no nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato, GARANTIA, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

16.1.1 A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II. Seguro-garantia;

III. Fiança bancária, desde que emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário), devendo constar expressa a renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.1.2 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

I. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II. Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

16.1.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior, observada a legislação que rege a matéria.

16.1.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

16.1.5 A garantia deverá ter prazo de validade durante a execução do Contrato até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual.

16.1.6 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA quitou todas as obrigações oriundas desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

17- DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1- A inexecução total ou parcial das obrigações da contratada enseja a rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

17.2- A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da administração do contratante, por conveniência da administração e decisão do presidente do TRE/RO, ou nos casos previstos na Lei acima mencionada, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) amigável, de acordo entre as partes, desde que haja conveniência da administração contratante e sempre precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente; e

c) judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

18- DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

18.1- Os pagamentos dos trabalhos relativos à elaboração PGRO e Laudo Ergonômico será efetuado no término de cada serviço, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, devidamente certificada pelo gestor do contrato.

18.2- Os serviços do PCMSO, Elaboração, Implantação, Coordenação, serão pagos pela CONTRATANTE, no valor de 75% da prestação dos serviços; o restante do valor será quitado no momento da apresentação do Relatório Anual do PCMSO, ambos mediante a apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA, devidamente certificada pelo gestor do contrato.

18.3- Os serviços dos exames periódicos serão pagos mensalmente, mediante apresentação das Notas Fiscais e relatório dos atendimentos realizados no mês anterior, devidamente certificada pelo gestor do contrato. Somente serão pagos os exames efetivamente já realizados.

18.4- A CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para o pagamento das despesas, contados a partir da certificação da nota fiscal, que deverá vir acompanhada das seguintes certidões negativas: Fazenda Pública Federal e Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

18.5- O pagamento será realizado por meio de crédito em conta, via Ordem Bancária, em nome do CONTRATADO, que deverá informar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o banco, o número da conta corrente, código da agência e praça de pagamento.

Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

19- DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

19.1- A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto do contrato, se em desacordo com as especificações e as cláusulas contratuais.

19.2- Mediante solicitação por escrito, o engenheiro ou médico da pessoa jurídica responsável pela elaboração do PGRO se compromete a comparecer por 02 (duas) vezes à Unidade, após a conclusão e entrega dos trabalhos, mas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dentro do prazo de vigência do PGRO, para auxiliar na implantação das ações propostas no planejamento anual, com acompanhamento de responsável no TRE/RO. O CONTRATADO compromete-se, também, a prestar informações adicionais aos laudos, caso sejam dúvidas ou incompletas as informações neles contidas.

20- DOS DIREITOS DO CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO

20.1- Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a CONTRATADA reconhece, de logo, o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couber, a seu exclusivo critério, as medidas que vão a seguir discriminadas:

- a) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE;
- b) execução da garantia contratual, quando couber, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- c) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE;

§ 1º Caso a CONTRATADA cometa falhas sucessivas ou demonstre desempenho insatisfatório ou imperícia na execução de determinado (s) tipo (s) de serviço (s) compreendido (s) no escopo do presente termo de referência, o CONTRATANTE reserva-se no direito de, a seu critério, executar diretamente ou adjudicar os serviços em questão à outra empresa, nos termos da Lei, após comunicação por escrito à CONTRATADA, sendo certo que a CONTRATADA arcará com todas as despesas daí decorrentes.

§ 2º A utilização, pelo CONTRATANTE, do direito a ele assegurado no parágrafo anterior, não implicará, necessariamente, em renúncia aos demais recursos postos à sua disposição por contrato, não cabendo à CONTRATADA reivindicações de quaisquer naturezas em consequência da aplicação, pelo CONTRATANTE, do disposto no caput.

21- DAS PENALIDADES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21.1- Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, garantida a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF e no cadastro de fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de 5 (cinco) anos, e sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 10% sobre o valor total estimado do ajuste, a contratada que:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Fraudar na execução da contratação;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Fizer declaração falsa;
- e) Cometer fraude fiscal.

21.1.1- Ficar caracterizada fraude na contratação:

- a) entregar um serviço por outro;
- b) alterar substância, qualidade ou quantidade dos serviços prestados neste Tribunal;
- c) tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução da contratação.

21.1.2- Ficar caracterizado comportamento inidôneo quando:

- a) constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE;
- b) atuação com interesses escusos;
- c) reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE;
- d) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) praticar atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação ou a execução da contratação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução da contratação, sem consentimento prévio do CONTRATANTE.

21.2- Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a contratada ficará sujeita, nos casos abaixo relacionados, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração:

21.2.1- Advertência, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais de que não resulte prejuízo para a Administração;

21.2.2- Multas, conforme graus e condutas dispostos nos quadros 1 e 2 abaixo e demais especificações a seguir:

QUADRO 1

GRAU	MULTA
1	Advertência
2	1% (um por cento) sobre o valor total do contrato
3	5% sobre o valor total do contrato
4	10% sobre o valor total do contrato

QUADRO 2

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas neste Termo de Referência e não elencadas nesta tabela de multas.	1	Por ocorrência
2	Deixar de cumprir quaisquer das obrigações previstas neste Termo de Referência e não elencadas nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo fiscal do contrato.	2	Por ocorrência. Limitada sua aplicação até o máximo de 3 ocorrências.
3	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados.	2	Por ocorrência. Limitada sua aplicação

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
			até o máximo de 2 ocorrências.
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	2	Por dia e por ocorrência. Limitada sua aplicação até o máximo de 5 dias ou 2 ocorrências.
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	3	Por ocorrência. Limitada sua aplicação até o máximo de 1 ocorrências.
6	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Tribunal.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato.
7	Deixar de iniciar os serviços imediatamente após a assinatura do contrato, sem motivo justificável e acatado pelo Tribunal:		
	a) até 5 dias de atraso	1	Por ocorrência
	b) até 10 dias de atraso	2	Por ocorrência
	c) até 15 dias de atraso	3	Por ocorrência
	d) acima de 15 dias de atraso	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato.
8	Deixar de executar os exames relacionados no item 6.3	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato.
9	Deixar de comunicar, por escrito, aos gestores do contrato, em até 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, o nome do Engenheiro de Segurança do Trabalho que realizará o PGRO e do médico coordenador responsável pela execução do PCMSO.	1	Por ocorrência
12	Deixar de reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o	3	Por ocorrência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
	objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.		

21.2.2.1- O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante, ou ainda cobrada diretamente da contratada, amigável ou judicialmente.

21.2.2.2- Se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor na Dívida Ativa da União.

21.2.2.3- A aplicação de multa não impede, a critério da Administração, a aplicação das demais sanções de advertência, de impedimento/suspensão do direito de licitar e de inidoneidade, bem como a rescisão da contratação.

21.3- Caso os limites máximos estabelecidos na tabela acima para aplicação de multa de mora sejam extrapolados, presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a continuidade da execução dos serviços. Nesta hipótese, além da multa de mora, a contratada estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com as consequências previstas em lei.

21.4- As multas de mora e por inexecução parcial, quando aplicadas de forma isolada ou concomitante, não ultrapassarão o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato celebrado, considerando-se para esse fim cada item como um contrato em apartado.

21.5- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para o adjudicatário, na forma da lei.

21.6- As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e, desde que formuladas até a data do vencimento estipulada para o cumprimento do objeto desta contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

22.1- A fiscalização do contrato será de responsabilidade da Médica do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e pelo Chefe da Seção de Assistência médico e Social SAMES.

22.3 – A Gestão do contrato será de responsabilidade do Coordenador de Educação e Desenvolvimento (COEDE)

22.2- Na eventual substituição de algum dos fiscais designados, deverão ser indicados servidores com a mesma qualificação.

Porto Velho, de de 2022

23- DOS ANEXOS

ANEXO I - Certidão de vistoria (evento [0767455](#));

ANEXO II - Rol de localidades, serviços e servidores que serão atendidos;

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
1ª Zona Eleitoral – Guajará Mirim	Elaboração do PGRO	06
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
2º, 6º, 20º, 21º, Zonas Eleitorais – Porto Velho	Elaboração do PGRO	43
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
3ª e 30ª Zonas Eleitorais - Ji-Paraná	Elaboração do PGRO	12
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
Posto de atendimento eleitoral de Presidente Médice	Elaboração do PGRO	3
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
4ª Zona Eleitoral - Vilhena	Elaboração do PGRO	06
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
5ª Zona Eleitoral – Costa Marques	Elaboração do PGRO	03
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
	periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
7ª, 25ª e 26ª Zonas Eleitorais – Ariquemes	Elaboração do PGRO	16
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
8ª Zona Eleitoral – Colorado do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
9ª Zona Eleitoral – Pimenta Bueno	Elaboração do PGRO	05
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
10ª e 27ª Zonas Eleitorais – Jaru	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
11ª Zona Eleitoral – Cacoal	Elaboração do PGRO	11
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
12ª Zona Eleitoral – Espigão do Oeste	Elaboração do PGRO	03
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
13ª e 28ª Zonas Eleitorais – Ouro Preto do Oeste	Elaboração do PGRO	06
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
15ª e 29ª Zonas Eleitorais – Rolim de Moura	Elaboração do PGRO	8
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
Posto de atendimento eleitoral de Alvorada do Oeste	Elaboração do PGRO	2
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
	periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
16ª Zona Eleitoral – Cerejeiras	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
17ª Zona Eleitoral – Alta Floresta do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
18ª Zona Eleitoral – Alvorada do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
19ª Zona Eleitoral – Santa Luzia do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
32ª Zona Eleitoral – Machadinho do Oeste	Elaboração do PGRO	04
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
34ª Zona Eleitoral – Buritis	Elaboração do PGRO	05
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
35ª Zona Eleitoral – São Miguel do Guaporé	Elaboração do PGRO	05
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
Centro de Memória – Porto Velho	Elaboração do PGRO	01
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
Central de Atendimento ao Eleitor do “Tudo Aqui” – Porto Velho	Elaboração do PGRO	16*
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇOS POR LOCALIDADE		
LOCALIDADE/UNIDADE	SERVIÇOS	QUANTIDADE DE SERVIDORES
	periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	
Edifício Sede do TRE – RO – Porto Velho (e anexos)	Elaboração do PGRO	151
	Elaboração do PCMSO	
	Exames médicos periódicos	
	Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia	

*os servidores da Central de Atendimento ao Eleitor ‘Tudo Aqui’ são advindos das zonas eleitorais (ZE) de Porto Velho. Portanto, tais servidores não deverão ser computados nas ZE de origem.

ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico n. ____2022.

QUALIFICAÇÃO DA PROPONENTE			
Razão Social			
Endereço			
Fone/Fax	()	Celular	()
Representante:			
RG do Representante:	CPF do Representante:		
E-mail:	Cargo/Função:		
Nome do Banco	Agência:		

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Código do Banco:	Conta Corrente:
------------------	--------------------

LOTE ÚNICO

Prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho, nas dependências da Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE/RO), Zonas Eleitorais da Capital e do Eleitorais do interior do Estado de Rondônia, Central de Atendimento ao Eleitor localizada no Centro de Atendimento ao Cidadão Tudo aqui, localizado na Avenida 7 de Setembro, em Porto Velho e no Centro de Memória do TRE/RO, em Porto Velho, totalizando 25 (VINTE E CINCO) ambientes, conforme as especificações contidas no termo de referência e demais legislações aplicáveis aos serviços, consistentes na execução dos seguintes serviços: Programa de gerenciamento de riscos ocupacionais PGRO; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); Realização de exames periódicos; Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia, de acordo com os detalhamentos contidos nos quadros adiantes:

QUADRO 1: EXAMES COMPLEMENTARES, LAUDOS E CONSULTAS

obs.: O referido quadro visa especificar os preços dos exames, laudos e consultas e o seu somatório é utilizado para formação do preço do item 4 do quadro 2 (Serviço de exames periódicos ocupacionais)

ITEM	EVENTO	PREÇO UNITÁRIO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	PREÇO TOTAL
1	Hemograma completo	R\$	314	R\$
2	Glicemia	R\$	314	R\$
3	Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia –EAS)	R\$	314	R\$
4	Creatinina	R\$	314	R\$
5	Colesterol total e triglicérides	R\$	314	R\$

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6	AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética – TGO)	R\$	314	R\$
7	ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica – TGP)	R\$	314	R\$
8	Citologia Oncótica (Papanicolau)	R\$	143	R\$
9	Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico) para servidores com mais de 50 anos	R\$	89	R\$
10	Mamografia, para mulheres com mais de 50 anos.	R\$	46	R\$
11	PSA, para homens acima de 45 anos.	R\$	69	R\$
15	Anti HBS	R\$	6	R\$
16	HBS AG	R\$	6	R\$
17	Oftalmológico, para servidores acima de 45 anos.	R\$	137	R\$
18	Exame clínico ASO periódico	R\$	314	R\$
VALOR TOTAL PROPOSTO PARA A EXECUÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS RELACIONADOS NO QUADRO 1				R\$

QUADRO 2: PROGRAMAS, RELATÓRIOS, EXAMES PERIÓDICOS E LAUDOS ERGONÔMICOS**IMPORTANTE:** AS DATAS DO INÍCIO E DO TÉRMINO DOS SERVIÇOS ESTÃO INDICADOS NO ITEM 11 DO TERMO DE

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

REFERÊNCIA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS (os serviços serão executados nas localidades indicadas no ANEXO II deste TR)	QUANTIDADES (as quantidades estão desdobradas nas localidades indicadas no ANEXO II deste TR)	PRODUTOS EXIGIDOS	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
01	Programa de Gerenciamento de riscos ocupacionais (PGRO)	25	Programa desenvolvido		
02	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	25	Programa desenvolvido		
03	Relatório do PCMSO	25	Programa desenvolvido		
04	Serviço de exames periódicos ocupacionais (Somatório dos exames complementares, laudos e consultas do Quadro 1)	01	Servidores examinados		
05	Laudos ergonômico	9	Laudos realizados		



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

individualizado				
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (SOMATÓRIO DOS VALORES DE TODOS OS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O QUADRO 2):				
R\$	VALOR POR EXTENSO: ().			
Prazo mínimo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias.				
LOCAL E DATA:				-----

				ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

1. Esta Pesquisa de Mercado pretende o levantamento de preços visando à INSTRUÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, COM VISTAS À REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, estritamente de acordo com as especificações, termos e condições estabelecidas nesta pesquisa.

2. A fim de evitar distorções de preços, para participar desta pesquisa a empresa deve estar regular junto ao FGTS, INSS, à FAZENDA FEDERAL e à Justiça do Trabalho, e possuir CONTA CORRENTE.

3. Considerar nos custos unitários todos os valores correspondentes, bem como demais custos inerentes ao objeto da pesquisa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. O Termo de Referência para o processo licitatório será enviado em anexo para apreciação dos detalhes da contratação.

ANEXO IV - Indicação de profissionais responsáveis técnicos e aceitação de responsabilidade técnica;

MODELO: INDICAÇÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO E ACEITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Por meio deste documento a licitante INDICA os seguintes profissionais para atuar como responsáveis técnicos dos serviços objeto desta licitação, e os profissionais indicados, signatários :

ATIVIDADE	NOME DO PROFISSIONAL - Nº REGISTRO CONSELHO (*)	ASSINATURA DO PROFISSIONAL E ACEITAÇÃO DA INDICAÇÃO PARA ATUAR COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO (**)

(*) Poderá ser indicado um mesmo profissional para mais de uma atividade desde que este possua habilitação técnica para o desempenho de todas as atividades para as quais foi indicado.

(**) A assinatura na coluna de aceitação de indicação de Responsável Técnico pela especialidade implica na aceitação das responsabilidades atribuídas por lei, pelo respectivo conselho de classe e pelas previstas no Edital da Licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

_____, ____ de _____ de 2022.

Representante legal do Licitante



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO, Técnico Judiciário**, em 06/09/2022, às 09:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Silva de Oliveira, Analista Judiciário**, em 06/09/2022, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0890292** e o código CRC **826D6A9B**.

0000829-84.2021.6.22.8000

0890292v6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000829-84.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica Social. - SAMES.

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de empresa prestadora de serviço de segurança e medicina do trabalho. Repetição de certame fracassado (Pregão Eletrônico n. 21/2022) com alterações. Análise.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PARECER JURÍDICO Nº 174 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) que tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada em medicina do trabalho para a elaboração de PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e relatório, exames periódicos, palestras, PPP (Perfil Profissiográfico Profissional), AET (Análise Ergonômica do Trabalho) e Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia médica sob demanda em todas as unidades e servidores da Justiça Eleitoral em Rondônia ([0661858](#)).

02. O relato completo do procedimento, até a sua aprovação pela autoridade administrativa, está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 44**, de 01/06/2022 ([0838626](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade como parte integrante deste relato. Após a tentativa inexitosa do procedimento licitatório, esta unidade concluiu pela **anulação do Pregão Eletrônico n. 21/2022**, com o retorno do processo de contratação à etapa de elaboração do TR, com fundamento no Princípio da autotutela administrativa e no art. 49, *caput*, segunda parte, da Lei n. 8.666/93 c/c art. 50, *caput*, do Decreto n. 10.024/2019, tudo registrado no **Parecer Jurídico n. 141**, de 22/08/2022 ([0882317](#)). Nessa mesma linha foi a manifestação do titular da SAOFC ([0882764](#)) e assim restou autorizada pela Autoridade Administrativa ([0883549](#)).

03. Em observância a Remessa 242/2022/GABSAOFC, a ASLIC juntou aos autos a publicação da anulação do Pregão Eletrônico n. 21/2022 ([0890241](#)).

04. Para cumprimento da decisão autorizando o retorno à fase da elaboração do TR, veio ao processo a nova Informação Conclusiva Sobre o Valor Estimado da Licitação ([0890208](#)), no valor de **R\$234.954,50** (duzentos e trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) e o novo **Termo de Referência n. 32/2022/SAMES** ([0890292](#)), com alterações na seção 6.3.2.1.2 dos exames ocupacionais, as datas de execução do capítulo 11 e os quadros 1 e 2 do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ANEXO III, com o fito de corrigir as imprecisões que foram encontradas na descrição do objeto e pequenos ajustes.

05. Submetidos à análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC, o TR supracitado foi considerado em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do art. 3º da Lei n. 10.520/2002, inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019, inciso XXIII do art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 e, ainda, os termos da Instrução Normativa SEGES/ME n. 005/2017 ([0895281](#)).

06. Assim, o processo foi enviado para análise desta unidade jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

07. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0000829-84.2021.6.22.8000) até a presente data.

08. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

09. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

10. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

11. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – ANÁLISE JÚRIDICA

12. Releva registrar que o termo de referência em análise, na sua essência, foi objeto de considerações e manifestação pela aprovação da autoridade administrativa por meio do **Parecer Jurídico n. 44**, de 01/06/2022 ([0838626](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade como parte integrante deste parecer.

13. Pode-se acrescentar que não há reparos às alterações promovidas pela unidade demandante, realizadas tão só para corrigir as imprecisões que foram encontradas na descrição do objeto, possibilitando aos licitantes o precificarem de forma indubitável, na busca de finalmente levar o procedimento licitatório ao êxito.

14. Assim, considerando os elementos constantes no **Termo de Referência n. 32/2022/SAMES** ([0890292](#)), tem-se que, sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

IV – CONCLUSÃO

15. Pelo exposto, considerando ainda os elementos que constam no **Parecer Jurídico n. 44**, da lavra desta unidade jurídica ([0838626](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade, como parte integrante deste, naquilo que aplicável, opina esta Assessoria Jurídica:

I - Considerando os elementos que constam do **Termo de Referência n. 32/2022/SAMES** ([0890292](#)), também analisados em seus aspectos formais pela Seção de Apoio às Contratações - SAC ([0875112](#)), tem-se que o referido instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19, podendo ser apresentado a autoridade competente para atendimento ao inciso II do art. 14 da IN TRE-RO n. 004/2008;

II - Pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória **pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global**, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19;

Registre-se que, conforme já apontado no **item 8 do Parecer Jurídico n. 44**, há informação da unidade orçamentária quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2022



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([0820991](#)), estando o pré-empenho juntado no evento [0821059](#). O restante, por se tratar de despesa que ocorrerá somente no exercício 2023 não foi programado por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023, sendo que, conforme informou a COFC, a proposta orçamentária para o exercício de 2023 tramita no PSEI [0000150-50.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante identificado pela unidade destinado às despesas com o objeto dessa contratação ([0820982](#)).

Destaca-se que a SAMES optou pelo modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

III - Aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, registrados no capítulo 7 do TR e apontados nos **itens 31 a 35 do Parecer Jurídico n. 44**, parte integrante deste;

IV - Afastamento do regime diferenciado das ME/EPP's, em razão do preço estimado e pelas características do objeto explicitados nos itens 29 e 30 Parecer Jurídico n. 44, é inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's ou destinação de cotas, na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC n. 123/06;

V - Na busca da proposta mais vantajosa, tratando-se de critério de julgamento pelo menor preço, pela **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

16. Destaca-se que a minuta do contrato que regulará os termos da contratação - **haja vista que aquela juntada no evento [0840963](#) deverá se ajustada com as alterações produzidas no novo TR** - poderá ser analisada por esta unidade jurídica juntamente com a minuta do edital do certame.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Edis Romano Neto, Estagiário**, em 14/09/2022, às 12:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor **Jurídico**, em 14/09/2022, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0898216** e o código CRC **E903145D**.

0000829-84.2021.6.22.8000

0898216v17



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000829-84.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social (SAMES)

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestadora de serviço de segurança e medicina do trabalho.

DESPACHO Nº 1214 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), com o objetivo de contratar pessoa jurídica especializada em medicina ou engenharia do trabalho para a elaboração de PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e relatório, exames periódicos, palestras, PPP (Perfil Profissiográfico Profissional), AET (Análise Ergonômica do Trabalho) e Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia médica sob demanda em todas as unidades e servidores da Justiça Eleitoral em Rondônia (evento [0661858](#)).

Após tramitação do procedimento o Pregão Eletrônico n. 21/2022 foi anulado em razão de falha na especificação/descrição do objeto, procedendo-se ao retorno do presente processo de contratação à etapa de elaboração do TR, com fundamento no princípio da autotutela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

administrativa e no art. 49, *caput*, segunda parte, da Lei n. 8.666/93 c/c art. 50, *caput*, do Decreto n. 10.024/2019.

Devolvidos os autos à unidade demandante, efetuou-se a juntada de nova informação conclusiva do valor estimado ([0890208](#)), da publicação do aviso de anulação no DOU ([0890241](#)), bem como de nova versão do Termo de Referência ([0890292](#)). Já se encontram juntados aos autos a Solicitação de contratação ([0769080](#)) e o Estudo Técnico Preliminar para Pregão Eletrônico ([0661903](#)).

A contratação foi estimada no valor de **R\$ 234.954,50 (duzentos e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)**, conforme detalhamento contido na informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação juntada no evento [0890208](#).

Já consta nos autos informação acerca da previsão orçamentária para o presente exercício de 2022, mediante a juntada de pré-empenho no evento 0821059, registrando, ainda, que o restante, por se tratar de despesa que ocorrerá somente no exercício 2023 não foi programado por depender de aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2023 e a proposta orçamentária para o exercício 2023 tramita no PSEI 0000150-50.2022.6.22.8000, com previsão do montante supra identificado destinado às despesas com o objeto dessa contratação (0820982).

O chefe da Seção de apoio as contratações - SAC, após análise, concluiu que TR n° 32/2022-SAMES ([0890292](#)) encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3° da Lei n. 10.520/2002, inciso XI do art. 3° do Decreto Federal n. 10.024/2019 e do inciso XXIII do art. 3° da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0824603](#)).

Remetidos os autos à AJSAOFC, após análise inicial, registrou que o Termo de Referência, na sua essência, foi objeto de considerações e manifestação pela aprovação da autoridade administrativa por meio do **Parecer Jurídico n. 44**, de 01/06/2022 ([0838626](#)), adotando-se, por celeridade e economicidade todos os seus fundamentos, não havendo reparos às alterações promovidas pela unidade demandante, realizadas tão só para corrigir as imprecisões que foram encontradas na descrição do objeto, possibilitando aos licitantes o precificarem de forma indubitável, na busca de finalmente levar o procedimento licitatório ao êxito, opinando pela autorização da contratação pretendida nos termos materializados pela unidade demandante. Informou que o instrumento contratual será analisado juntamente com a minuta de edital, nos termos do art. 4°, III, da Lei n. 10.520/2002, haja vista que aquela juntada no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

evento [0840963](#) deverá se ajustada com as alterações produzidas no novo TR ([0898216](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela viabilidade da deflagração do procedimento licitatório nos mesmo moldes anotados no parecer exarado pela a AJSAOFC ([0898997](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que, embora tenha sido publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste processo de transição serão adotadas as regras da lei antiga.

Dos autos se extrai a comprovada necessidade da contratação, tendo em vista, que os serviços pretendidos além de atender as exigências normativas regulamentadoras da matéria elencadas no item 3 do TR ([0890292](#)), poderão ser integralmente executados neste Tribunal, haja vista, que não há no quadro profissionais com as qualificações técnicas exigidas (médico do trabalho ou engenheiro de segurança), necessitando dos serviços de empresas prestadoras de serviço de segurança e medicina do trabalho.

Em razão do valor estimado da contratação (R\$ 234.954,50 (duzentos e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)) extrapolar a situação de dispensa legal e que, e por se tratar de serviço definido como comum pela unidade técnica, cujos padrões de qualidade poderão ser objetivamente definidos no edital do certame (inciso II do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame, tem-se como **imperiosa a adoção da modalidade de Pregão em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao art. 1º, § 1º, do Decreto nº 10.024/19, procedimento que foi incorporado a este Tribunal através da Portaria Nº 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos (art. 1º, § 4º, do Decreto nº 10.024/19).

O edital de licitação deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **art. 4º, X, da Lei n. 10.520/2002** para a contratação dos serviços pretendidos, o qual deverá ser dar pelo **menor preço global** oferecido para o **lote único de serviços em disputa no certame**, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, conforme os critérios de aceitação da proposta registrados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no **item 12.3** do TR ([0890292](#)) adotando-se o modo de disputa por **lances abertos**, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019, conforme indicado pela unidade demandante no item 12.1 do TR em análise.

Vale registrar, que o valor estimado para a contratação situa-se acima do patamar que embasaria à **exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame**, conforme a regra contida no inciso I do art. 48 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, de forma que a unidade demandante registra no item 12.2 do TR que o referido regime não pode ser aplicado, situação que afasta o regime com abrigo no art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, não sendo possível, também, a destinação de cotas nos termos do inciso III do art. 48 da LC n. 123/2006, em razão reunião dos itens em um único lote.

Conforme já asseverado pela AJSAOFC no **Parecer Jurídico n. 44/2022** ([0838626](#)) , entende-se que a pesquisa de preços levada a cabo pela SLC e pela própria unidade demandante, juntadas nos eventos 0782261, 0782264, 0782267 e 0813113 constituem o meio adequado para a situação, pois dos dados extraídos da informação conclusiva do valor estimado ([0890208](#)) consta que foram considerados os preços praticados junto a fornecedores locais que manifestaram interesse na referida contratação para prestação dos serviços, motivo pelo qual três preços obtidos na pesquisa de mercado foram considerados na estimativa.

Quanto à sustentabilidade, o TR no item 7 elenca requisitos sociais e ambientais exigidos nos termos da legislação aplicável às contratações públicas a serem cumpridos pela futura prestadora dos serviços, de modo que resta aplicada ao certame ([0890292](#)).

Registra-se, por fim, que a minuta do contrato a ser celebrada, ajustada com as alterações produzidas no novo TR, será analisada pela AJSAOFC juntamente com a minuta do edital (art. 4º, III, da Lei n. 10.520/2002), conforme pontuado no item 16 do parecer n. 174/2022 ([0898216](#)).

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1 - APROVO o ETP 1/2022-SAMES ([0661903](#)), quanto o TR 32/2022-SAMES ([0890292](#)) porquanto possui os elementos essenciais definidos no [inc. XI do art. 3º do Decreto Federal nº. 10.024/2019](#),

2 - APROVO o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0890208](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 - AUTORIZO a licitação na modalidade pregão, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço global, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, adotando-se o modo de disputa por **lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances**, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019, conforme indicado pela unidade demandante no item 12.1 do TR;

4 – DETERMINO a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's ou destinação de cotas, com amparo no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, que regulamentou a LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014, uma vez que o valor do lote único estimado para a contratação pretendida excede o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) fixado no referido decreto;

5 – DETERMINO a aplicação dos critérios de sustentabilidade, consoante item 7 do Termo de Referência em questão; e

6 – DETERMINO a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto nº 10.024/2019](#).

À SAOFC para continuidade dos atos atinentes à pretensa contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 16/09/2022, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0899484** e o código CRC **54BCB377**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

0000829-84.2021.6.22.8000

0899484v36



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000829-84.2021.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES.

ASSUNTO: Análise final – Pregão n. 407/2022 - Repetição do Pregão n. 21/2022 - Contratação de empresa prestadora de serviço de segurança e medicina do trabalho. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 227 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) que tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada em medicina do trabalho para a elaboração de PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e relatório, exames periódicos, palestras, PPP (Perfil Profissiográfico Profissional), AET (Análise Ergonômica do Trabalho) e Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia médica sob demanda em todas as unidades e servidores da Justiça Eleitoral em Rondônia ([0661858](#)).

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do contrato ([0903010](#)) e minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0903075](#)), os quais lograram aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico n. 181/2022 ([0903364](#)).

03. Concluída a fase interna, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 40/2022 ([0903364](#)) - por conta da repetição do Pregão Eletrônico n. 21/2022 ([0852194](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento [0905332](#).

04. Ainda, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas – Comprasnet ([0918169](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) proposta inicial da licitante - ANDRE LUIZ RODRIGUES DE CAMARGO EIRELI - CNPJ n. 01.445412/0001-06 ([0918172](#)) e de seus documentos de habilitação ([0918216](#), [0918217](#), [0918219](#) e [0918221](#)), os quais foram considerados suficientes para o atendimento das exigências do edital do certame;

c) proposta ajustada dessa licitante, em função do valor do item 4 estar acima do estimado pela Administração, como também por erro de cálculo, resultando no novo valor total de R\$ **167.073,60** ([0919110](#)), sendo a proposta aceita pelo Pregoeiro;

d) ata do Pregão Eletrônico ([0923399](#));

f) resultado por fornecedor ([0923401](#));

g) registro de 2 intenções de recurso das licitantes : NEUMANN & GONCALVES MEDICINA E SEGURANCA OCUPACIONAL LTDA e EGA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA ([0923406](#));

h) termo de adjudicação ([0923408](#)); e

i) comprovante de publicação resultado do certame ([0923412](#)).

05. Por fim, o pregoeiro registra as principais ocorrências do certame em seu Relatório 40/2022 ([0923412](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0923451](#)). **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0905332](#)).

07. Nas publicações dos avisos constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:

Não houve.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0918169](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([0923399](#)).;

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

As poucas ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0923444](#)), cujas justificativas demonstram a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta, após negociação de seu valor também para adequação aos valores estimados dos itens, fato devidamente registrado nas páginas 10-11 da ata do certame ([0923399](#)).

g) Fase de Habilitação: A licitante ANDRE LUIZ RODRIGUES DE CAMARGO EIRELI apresentou a documentação exigida, havendo a unidade demandante registrado o atendimento dos requisitos de habilitação técnica econômico-financeira ([0918222](#)). Assim, a competidora foi habilitada e, por fim, sagrou-se vencedora do certame.

h) Recurso: não houve. Todavia, verifica-se a seguinte anotação no relatório do Pregoeiro.

Houve 2 (dois) registros de intenção de recurso, apresentados pelas licitantes NEUMANN & GONCALVES MEDICINA E SEGURANCA OCUPACIONAL LTDA (CNPJ: 11.010.043/0002-55) e EGA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA (CNPJ: 24.327.852/0001-56), conforme consta no evento [0923406](#).

Preenchidos os pressupostos recursais, as intenções foram aceitos e os prazos abertos.

Expirado o prazo, as licitantes não apresentaram as razões recursais, restando DESERTOS os recursos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os argumentos apresentados na intenção de recurso ([0923399](#) - pág.9), são insuficientes para afastar a análise da unidade técnica-demandante (SAMES), dada a escassez. Assim, este Pregoeiro subscritor mantém a habilitação técnica, com base na manifestação da unidade técnica.

Como visto, o Pregoeiro registrou que os argumentos que constam das referidas intenções de recurso são insuficientes para alterar o desfecho do certame, motivo pelo qual o manteve. Vejam-se tais argumentos, extraídos de forma literal da página 9 da ata do certame:

EGA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA (CNPJ: 24.327.852/0001-56: *Vimos por meio deste registrar intenção de recurso em razão da empresa declarada vencedora não ter atendido aos itens de habilitação que constam no edital. Fatos e argumentos serão trazido em peça recursal.*

NEUMANN & GONCALVES MEDICINA E SEGURANCA OCUPACIONAL LTDA - CNPJ: 11.010.043/0002-55: *Registramos intenção de recurso considerando que a empresa não atendeu as condições de habilitação, em especial a qualificação-técnica e econômico-financeira, o que será demonstrado em sede recursal.*

De fato, ambas as licitantes, se resumiram à alegação genérica e comum de desatendimento das condições de habilitação pela licitante declarada vencedora do certame, todavia sem apontar de forma certa e objetiva quais seriam os descumprimentos, o que poderia ter sido ser feito em sede das razões recursais não interpostas.

Houvesse em tais argumentos iniciais, mesmo desacompanhados das razões recursais - qualquer elemento substancial, capaz de demonstrar, por si só, que o Pregoeiro laborara em equívoco, por certo não poderiam ser desconsiderados, impondo à Administração agir, mesmo que de ofício, no intuito de corrigir o ato assim inquinado de alguma irregularidade ou nulidade, na forma do teor do enunciado da **Súmula 473 do STF**: *A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

Esse também é o entendimento de **Jacoby**, veja-se:

- a) o licitante não manifesta intenção de recorrer, mas no prazo legal, ingressa com as razões de recurso. Em verdade o direito de recorrer decaiu. A Administração Pública não tem o dever de examinar o recurso, podendo simplesmente não conhecer, informando ao interessado. (...)
- b) o licitante manifesta intenção de recorrer, mas no prazo legal não ingressa com as razões de recurso. Nessa hipótese o direito de recorrer não decaiu. Ao apresentar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

motivação na sessão, o recorrente externou o seu inconformismo. Deve o pregoeiro, mesmo que no prazo legal não sejam juntadas as razões, examinar a questão e decidir fundamentadamente. (FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007. p. 693-694. (sem destaques no original))

Nessa linha, nenhum reparo ao procedimento do Pregoeiro que, diante das razões genéricas dos recorrentes, afastadas pelo efetivo cumprimento das exigências habilitatórias pela licitante vencedora, manteve sua decisão e a ela adjudicou o objeto.

i) Adjudicação: Afastados os argumentos genéricos das intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou seu objeto à vencedora ([0923408](#)).

09. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

10. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

11. Pelo exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0923408](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

12. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 21/10/2022, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0924656** e o código CRC **3135D24B**.

0000829-84.2021.6.22.8000

0924656v12



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000829-84.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Homologação do Pregão n. 40/2022 - Repetição do Pregão n. 21/2022 - Contratação de empresa prestadora de serviço de segurança e medicina do trabalho.

DESPACHO Nº 1384 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES que tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada em medicina do trabalho para a elaboração de PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e relatório, exames periódicos, palestras, PPP (Perfil Profissiográfico Profissional), AET (Análise Ergonômica do Trabalho) e Laudo Ergonômico Individualizado para fins de perícia médica sob demanda em todas as unidades e servidores da Justiça Eleitoral em Rondônia ([0661858](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 40/2022 ([0903364](#)) - por conta da repetição do Pregão Eletrônico n. 21/2022 ([0852194](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento [0905332](#).

Não houve pedido de esclarecimento nem impugnação ao edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0918169](#)), a Ata do Certame ([0923399](#)), termo de adjudicação ([0923408](#)) e publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0923412](#)). Ao final, juntou o Relatório nº 21/2022 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0923444](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante ANDRE LUIZ RODRIGUES DE CAMARGO EIRELI, CNPJ 01.445.412/0001-06, pois atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0918216](#), [0918217](#), [0918219](#) e [0918221](#)), com base na manifestação da unidade demandante (evento [0918780](#)).

Na fase recursal, houve 2 (dois) registros de intenção de recurso, apresentados pelas licitantes NEUMANN & GONCALVES MEDICINA E SEGURANCA OCUPACIONAL LTDA (CNPJ: 11.010.043/0002-55) e EGA GESTAO DE NEGOCIOS LTDA (CNPJ: 24.327.852/0001-56), conforme consta no evento [0923406](#). Preenchidos os pressupostos recursais, as intenções foram aceitas e os prazos abertos. Todavia, expirado o prazo, as licitantes não apresentaram as razões recursais, motivo pelo qual restaram DESERTOS os recursos.

No Relatório nº 21/2022 ([0923444](#)), o Pregoeiro registra que os argumentos apresentados na intenção de recurso ([0923399](#) - pág. 9), são insuficientes para afastar a análise da unidade técnica-demandante (SAMES), dada a escassez. Assim, o Pregoeiro manteve a habilitação técnica, com base na manifestação da unidade técnica ([0918780](#)). Em seguida, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0923451](#)).

Mediante o Parecer Jurídico n. 227/2022 ([0924656](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC verificou que ambas as licitantes se resumiram à alegação genérica e comum de desatendimento das condições de habilitação pela licitante declarada vencedora do certame, todavia, sem apontar de forma certa e objetiva quais seriam os descumprimentos, o que poderia ter sido feito em sede das razões recursais não interpostas. Por isso, concluiu pela regularidade do procedimento do Pregoeiro que, diante das razões genéricas dos recorrentes, afastadas pelo efetivo cumprimento das exigências habilitatórias pela licitante vencedora, manteve sua decisão e a ela adjudicou o objeto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, a AJSAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0923408](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Destaca-se que o Pregoeiro agiu corretamente ao decidir que os argumentos apresentados nas duas intenções de recurso ([0923399](#) - pág. 9), são insuficientes para afastar a análise da unidade técnica-demandante (SAMES), dada a escassez, tendo em vista que ambas as empresas limitaram a apresentar tão-somente intenção de recurso, sem as respectivas razões recursais.

Sobre isso, convém ressaltar que esse entendimento está de acordo com os ensinamentos do Prof. Joel de Menezes Niebuhr (*in* Pregão Presencial e Eletrônico. De acordo com o Decreto nº 5.450/05. 3. ed. Curitiba: Zênite, 2005. p. 217-218), segundo o qual a manifestação da intenção de recorrer é, pura e simplesmente, o modo para evitar a decadência do direito de interpor o recurso, como prescreve explicitamente o inciso XX do artigo 4º da Lei nº 10.520/02.

Portanto, se a ausência das razões escritas importam na decadência do direito de interpor recurso, é evidente que a mera manifestação da intenção de recorrer motivada não configura a sua interposição. O direito de recorrer propriamente dito só é exercido com a apresentação das razões por escrito, momento em que se considera o recurso interposto e a partir do qual existe o dever de a Administração apresentar resposta.

Assim, conclui-se que houve acerto na decisão do Pregoeiro que, diante das razões genéricas (inconsistentes) dos recorrentes, afastou-as ante à constatação do efetivo cumprimento das exigências habilitatórias pela licitante vencedora, mantendo sua decisão e adjudicando o objeto à licitante vencedora do certame.

Ademais, constata-se, ainda, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, pois o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0923399](#)), o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO n. 40/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0923408](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/10/2022, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0925550** e o código CRC **03E64C89**.